Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Ferreira, Nuno Miguel Antunes da Conceição, 1987-

A cidade enquanto paisagem em transformação : espaços urbanos alternativos - estratégias de atuação no início do séc. XXI

http://hdl.handle.net/11067/3085

Metadados

Data de Publicação 2017-03-28

Resumo Este estudo é realizado com o objetivo de compreender, de que forma a sociedade, o tempo e o lugar ditam o desenho Arquitetónico e como este contribui para o modelo / modelação da cidade ‘contemporânea’. Para atingir esse objetivo, foi necessário rever teorias desenvolvidas durante a segunda metade do séc. XX, e inicio do séc. XXI no contexto Holandês, Inglês, Espanhol e Português. Será dado especial destaque às questões da morfologia e do tipo, passando também pelos planos urbanos, procurando ...

Palavras Chave Planeamento urbano, Espaços públicos, Renovação urbana

Tipo masterThesis

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-16T18:47:04Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

A cidade enquanto paisagem em transformação: espaços urbanos alternativos - estratégias de atuação no início do séc. XXI

Realizado por:
Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira
Orientado por:
Prof. Doutor Arqt. Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio
Orientador:	Prof. Doutor Arqt. Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa
Arguente:	Prof. Doutor Arqt. Rui Manuel Reis Alves

Dissertação aprovada em: 17 de Março de 2017

Lisboa

2016

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

A cidade enquanto paisagem em transformação: espaços urbanos alternativos - estratégias de atuação no início do séc. XXI

Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira

Lisboa

Novembro 2016

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

A cidade enquanto paisagem em transformação: espaços urbanos alternativos - estratégias de atuação no início do séc. XXI

Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira

Lisboa

Novembro 2016

Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira

A cidade enquanto paisagem em transformação: espaços urbanos alternativos - estratégias de atuação no início do séc. XXI

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa

Lisboa

Novembro 2016

Ficha Técnica

Autor Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira

Orientador Prof. Doutor Arqt. Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa

Título A cidade enquanto paisagem em transformação: espaços urbanos alternativos - estratégias de atuação no início do séc. XXI

Local Lisboa

Ano 2016

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

FERREIRA, Nuno Miguel Antunes da Conceição, 1987-

A cidade enquanto paisagem em transformação : espaços urbanos alternativos - estratégias de atuação no início do séc. XXI / Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira ; orientado por Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa. - Lisboa : [s.n.], 2016. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - MEALHA, Jorge, 1960-

LCSH
1. Planeamento urbano
2. Espaços públicos
3. Renovação urbana
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa

1. City planning
2. Public spaces
3. Urban renewal
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes - Dissertations
5. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC
1. NA9031.F47 2016

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Augusta Miguel, em especial, e à minha irmã Susana Ferreira, por todo o suporte, carinho e encorajamento dado incondicionalmente em todos os momentos da minha vida e por me fazerem acreditar que tudo é possivel.

Aos meus avós, António Miguel, Alice Antunes e Berta Pinhão, que sempre me transmitiram os valores da seriedade, da honra, humildade, dignidade e da hosnestidade.

À Hanna, pelo amor e cumplicidade e também pela crença e persistência que me confiou nesta fase final de estudos e trabalho.

Aos amigos, Rui Aboim, Miguel Pimentel, Gil Marques, Ricardo Coelho, Pedro Cruz, David Maciel, Henrique Pimentel, Miguel Viana, David Ramos, à Marina Oliveira e à Leandra Welsh por toda a amizade e companheirismo ao longo destes anos de sonhos e aventuras.

Aos professores da Faculdade, que contribuíram para a minha formação e evolução no curso de Arquitectura, o Prof. Dr. Jorge Mealha, o Prof. João Marques, a Prof. Paula Torgal, o Prof. Álvaro Cidrais, o Prof. Dr. Reaes Pinto, o Prof. Eng. Pedro Viegas e o Prof. Eng. José Parente, em que juntos, desempenharam um papel essencial na construção de uma personalidade, de uma forma particular de estar e de ver o mundo da arquitectura.

Ao Prof. Dr. Ricardo Leite Pinto, Dra. Barbara Cancela e ao Dr. Hélder Machado por todo o apoio e consideração dada nas minhas actividades académicas enquanto membro da Direção do Núcleo de Arquitectura, Associação Académica e membro do Conselho Pedagógico da Universidade Lusíada de Lisboa.

Aos colegas e aos diretores do atelier de arquitectura GRAFT Brand Lab e à cidade de Berlim.

A todos os que diariamente me enriquecem de conhecimento, de valores, de alegria e de paixão pela vida.

A todos, um sentido e profundo obrigado.

Critérios como beleza, utilidade e solidez não são mais suficientes; a esses têm-se agregado critérios contemporâneos como a disciplina da cultura urbanística, a espacialidade ou a procura do mínimo irredutível. Assim, as condicionantes ambientais constituem-se solicitações básicas que a arquitetura deve integrar e resolver.

ROMERO, M. (1999) - Viabilidade ambiental da urbanização do distrito federal: análise das constantes morfológicas. Brasília: Universidade de Brasília. p. 121. Projeto de Pesquisa CNPq – Relatório Final, Departamento de Tecnologia – FAU.

APRESENTAÇÃO

A cidade enquanto paisagem em transformação: espaços urbanos alternativos – estratégias de atuação no início do séc. XXI

Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira

Este estudo é realizado com o objetivo de compreender, de que forma a sociedade, o tempo e o lugar ditam o desenho Arquitetónico e como este contribui para o modelo / modelação da cidade 'contemporânea'.

Para atingir esse objetivo, foi necessário rever teorias desenvolvidas durante a segunda metade do séc. XX, e inicio do séc. XXI no contexto Holandês, Inglês, Espanhol e Português. Será dado especial destaque às questões da morfologia e do tipo, passando também pelos planos urbanos, procurando estabelecer bases teóricas que permitam definir o Espaço Urbano.

Numa segunda fase, afere-se um estudo de estruturas metropolitanas e das complexas dinâmicas a estas adjacentes. É definido então como prioridade os exemplos explicativos sobre as questões políticas e económicas, que originaram, num contexto de globalização, o aparecimento de estruturas metropolitanas policêntricas de modo a adaptar as cidades á diversidade das necessidades, integrando novos modelos de desempenho. É feita uma reflexão também sobre o estudo da densidade, mobilidade e do espaço público, a mistura de usos e as necessidades de alojamento, relacionadas ainda, com as questões económicas, políticas e sociais.

Para tal, entende-se a necessidade de desenvolver um raciocínio de inteligência, com poder de inclusão, sustentabilidade e vontade de estar na dianteira do conhecimento. Este, é o mote para o presente e o futuro das cidades contemporâneas, que querem assim dar espaço para que se pense e produza respostas específicas para cada situação.

Neste ambiente urbano imparável e em movimento, onde não existem barreiras à circulação de pessoas, bens, ideias e tecnologias, a força motriz é então o factor humano.

Há, por isso, que (‘re’) criar, uma entidade onde a diferença seja valorizada; com as matérias desenvolvidas nesta Dissertação, seremos capazes de introduzir/produzir Cidades dentro de Cidades, criar ambientes diversificados, espaços urbanos mais confortáveis, mais atrativos e cómodos para a sociedade.

Deste modo, colocou-se como questão de investigação: quais as principais estratégicas de atuação do início do século XXI, tendo como base a cidade enquanto paisagem em transformação e os espaços urbanos alternativos?

Colocou-se como alguns objetivos principais, nomeadamente: determinar os novos paradigmas da prática arquitetónica do século XXI; identificar os pressupostos de uma cidade do século XXI; determinar como se (re) cria uma cidade do século XXI; identificar o papel da sustentabilidade como fator principal da construção de cidades do século XXI.

Palavras-chave: Cidade, Metrópole, Organismo, Metabolização, Espaço Urbano, Morfologia, Expansão, Conhecimento.

PRESENTATION

The city while landscape in transformation: Alternative urban space – acting strategies at beginning of the 21st century

Nuno Miguel Antunes da Conceição Ferreira

This study is carried out with the aim of understanding how the society, time and place dictate the architectural design and how this contributes to the model / modeling of the 'contemporary' city.

To achieve this goal, it was necessary to review theories developed during the second half of the century. XX, and beginning of the century. XXI in the Dutch, English, Spanish and Portuguese context. Emphasis will be placed on morphology and type issues, as well as on urban plans, seeking to establish theoretical bases to define the Urban Space.

In a second phase, a study of metropolitan structures and of the complex dynamics to adjacent ones is directed. Priority is given to explanatory examples on political and economic issues, which have given rise to the emergence of polycentric metropolitan structures in a context of globalization to adapt cities to the diversity of needs and to integrate new models of performance. There is also a reflection on the study of density, mobility and public space, the mix of uses and housing needs, related still, with economic, political and social issues.

For this, it is understood the need to develop an intelligence reasoning, with power of inclusion, sustainability and willingness to be at the forefront of knowledge. This is the motto for the present and the future of contemporary cities, who want to give space to think and produce specific answers to each situation.

In this unstoppable and moving urban environment, where there are no barriers to the movement of people, goods, ideas and technologies, the driving force is then the human factor.

There is, therefore, ('re') to create, an entity where the difference is valued; With the materials developed in this Dissertation, we will be able to introduce / produce Cities

within Cities, create diverse environments, more comfortable urban spaces, more attractive and comfortable for society.

In this way, the main research strategies of the beginning of the 21st century, based on the city as a changing landscape and the alternative urban spaces, became a research question.

It set itself as some main objectives, namely: to determine the new paradigms of the 21st century architectural practice; Identify the assumptions of a 21st century city; Determine how (re) creates a city of the 21st century; Identify the role of sustainability as the main factor in the construction of cities in the 21st century.

Keywords: City, Metropolis, Organism, Metabolization, Urban Space, Morphology, Expansion, Knowledge.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Aspetos determinantes do desenvolvimento sustentável. ([Adaptado a partir de:] Gouzee et al., 1995, p. 12). 22

Ilustração 2 - Edifício sede do Commerzbank em Frankfurt (Norman Foster and Partners, 1997)..... 24

Ilustração 3 - Fases do desenho arquitetónico. (Ilustração nossa, 2016). 26

Ilustração 4 - Tipos de incertezas. (Ilustração nossa, 2016). 28

Ilustração 5 - Shibam – Iémen, 2016. (Sometimes Interesting, 2011). 30

Ilustração 6 - Arquitetura do Oriente - Grande mesquita Sheikh Zayed. (Smith, 2013). 31

Ilustração 7 - Abu Dhabi – Dubai. (Travel Magma, 2010). 33

Ilustração 8 – Dubai. (Trip Advisor, 2015). 33

Ilustração 9 - Yokahama Terminal Port Internacional. (Langdon, 2014). 37

Ilustração 10 - Tendência da população urbana mundial, 1950-2050. (Richard and al., 2011)..... 40

Ilustração 11 - Cidades Criativas. (Mittwoch, 2014) 42

Ilustração 12 - Fatores integrantes das cidades inovadoras e criativas. ([Adaptado a partir de:] Reckwitz, 2009, p. 7). 46

Ilustração 13 -'High Line' em Nova Iorque, rasgo verde dentro da cidade (Martins, 2016) 47

Ilustração 14 - Sistema de bicicletas públicas de Medellín (The city fix, 2016)..... 48

Ilustração 15 - Cidade Criativa de Dublin (City Development Plab, 2011) 50

Ilustração 16 - Bica lisboa (Quintadealmagra. 2011)..... 51

Ilustração 17 - Bairro Alto – Lisboa (Diogo Belo, 2016)..... 51

Ilustração 18 - Castelo de São Jorge (idealista. -2017)..... 55

Ilustração 19 – Vitra Haus (Facool, 2012) 60

Ilustração 20 - Tandao Ando, Tóquio (Open buildings, 2016)..... 61

Ilustração 21 - Shooting Club Kuwait (Office dA, 2014) 62

Ilustração 22 - projeto Moussaca, em Atenas (Smedth, 2008)..... 63

Ilustração 23 - edifício Scala BIG em Copenhaga (Big, 2008) 63

Ilustração 24 – Park royal em Singapura, metapolização das cidades (Woha, 2010) 65

Ilustração 25 - O Sohrabji (The Archi Blog - WordPress.) 68

Ilustração 26 - Terminal e Porto de Leixões (Sanindusa, 2013)..... 69

Ilustração 27 - Hyperbuildings de OMA (Oma, 2015)..... 72

Ilustração 28 - híbridos de steven holl em Shenzen e Pequim, (ArchDaily, 2011)..... 73

Ilustração 29 - Plano de Ildefonso Cerdá e Suñer (Cerda, 1985)..... 79

Ilustração 30 - grelha ortogonal (Cerda)..... 80

Ilustração 31 - Planta morfológica da cidade de Barcelona (Carneiro, 2007) 81
Ilustração 32 - Passeio marítimo de Barcelona (Reis, 2012) 83
Ilustração 33 – Mutations, Lagos (Koolhaas et al., 2001)..... 85
Ilustração 34 – Mutations Lagos (Koolhaas et al., 2001)..... 87
Ilustração 35 - sistema de transportes em Lagos (Koolhaas, 2001) 90
Ilustração 36 - linha ferroviária urbana em Lagos (Koolhaas, 2001) 91
Ilustração 37 - Mutations (Koolhaas et al., 2001) 95
Ilustração 38 - Mutations. (Koolhaas, 2001). 96

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

CNU	-	Conferência das Nações Unidas
EU	-	União Europeia
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Economico
ONU	-	Organização das nações unidas
GEE	-	Gases com Efeito de Estufa
FOA	-	Foreign Office Architects
UK	-	United Kingdom
PIB	-	Produto Interno Bruto
UNESCO	-	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
IDE	-	Investimento Directo Externo
EUA	-	Estados Unidos da América
DCMS	-	Departamento de Cultura, Mídia e Desporto
BIG	-	Bjarke Ingels Group
OMA	-	Office for Metropolitan Architecture
ZAL	-	Zona de Actividades Logisticas
PPP	-	Parceria Público-Privada

SUMÁRIO

1. Introdução 17
2. Enquadramento teórico 21
2.1. Cidades sustentáveis – contextualização 21
2.2. Morfologia das cidades 23
2.3. Do plano ao projeto 25
2.4. Elaborar e gerir projetos num contexto incerto 27
2.5. Agir numa sociedade fortemente diferenciada: cidade do ocidente/ cidade do oriente 29
3. As cidades da era da informação 35
3.1. Matriz da cidade 35
3.2. A globalização e o crescimento das metrópoles 37
3.3. O Capitalismo estético nas sociedades 43
3.4. Cidades criativas 45
3.5. Construir uma identidade 52
4. Estratégias de projecto urbano 57
4.1. Renovação urbana - ambiente e espaço 57
4.2. Metapolização: as cidades mudam de escala e forma 65
4.3. Logística urbana: núcleos que competem na cidade 66
4.4. Frentes marítimas 69
4.5. Cidades dentro de cidades 71
4.6. A cidade como paisagem em transformação 74
5. Casos práticos 77
5.1. Barcelona - Cerdá 78
5.2. Lagos - Koolhaas 85
6. Conclusão 99
Referências 101
Bibliografia 109
Apêndices 111
Lista de apêndices 113
Apêndice A 115

1. INTRODUÇÃO

As cidades são o fruto de dois sistemas integrados: o tempo e o lugar.

A indústria de construção de casas atualmente está a passar por mudanças sem precedentes, e a futura casa da cidade vai incluir mais tecnologia do que nunca, apresentando desafios de construção e operação.

A maior parte dos projetos sustentáveis compreende a construção dos edifícios como fazendo parte do habitat em constante ligação com o homem, com a sociedade e o ambiente, em substituição do edifício como obra de arte.

Ao longo da história, a arquitetura manifestou a tendência de se integrar na natureza. Reflexões como "a arquitetura abrange a consideração de todo o ambiente físico que circunda a vida humana… pois a arquitetura é o conjunto de modificações e alterações introduzidas na superfície terrestre tendo em vista as necessidades humanas […]" (Morris apud Benévolo, 1967: 16), fazem parte do discurso dos grandes teóricos de Arquitetura do século XX. A avaliar pela panóplia de artigos, relatórios e documentos muito se tem dito acerca da necessidade urgente em tornar o universo da construção mais sustentável, mas a realidade é que esses conceitos estão longe da prática comum.

Romero (1999, p. 121) postula que,

> Critérios como beleza, utilidade e solidez já não são suficientes; a esses têm-se agregado critérios contemporâneos como a disciplina da cultura urbanística, a espacialidade ou a procura do mínimo irredutível. Assim, as condicionantes ambientais constituem-se solicitações básicas que a arquitetura deve integrar e resolver.

Construir de forma sustentável não é um fenómeno novo. No passado, os edifícios eram projetados e construídos dentro de um contexto natural, social e cultural. A sociedade estava ciente de que a energia e a água tinham que ser conservadas e sabia como reciclar materiais, principalmente por motivos económicos. Atualmente, existem motivos para se construir de uma maneira sustentável: ter em consideração a maior qualidade do meio ambiente. Os estilos de vida contemporâneos e os métodos de construção atuais absorvem os recursos naturais e deterioram o meio ambiente.

"Falar em sustentabilidade implica perceber que se trata de um conceito assente em três eixos fundamentais, a componente ambiental, a social e a económica" (Saraiva, s.d.).

Esta investigação terá por base uma metodologia do tipo qualitativo assente na recolha e análise bibliográfica e documental, constituindo, por isso, um estudo interpretativo fruto de uma revisão bibliográfica narrativa. Num primeiro momento da investigação procedeu-se a um levantamento bibliográfico de aspetos históricos, socioeconómicos, culturais de algumas cidades sustentáveis que servissem de base à contextualização e enquadramento da Arquitetura do século XXI, assim como ao conjunto de componentes subjacentes a esta.

Deste modo, colocou-se como questão de investigação: quais as principais estratégicas de atuação do início do século XXI, tendo como base a cidade enquanto paisagem em transformação e os espaços urbanos alternativos?

Tornando esta pergunta como um princípio, esta tese apresenta contribuições e propostas para este fim, com base em vários pontos de vista e boas práticas provenientes dos diversos pontos do globo. O que diferencia a nossa forma de avaliar a qualidade dos processos das outras formas de avaliar (que veremos no estado de arte) é que a nossa irá agregar todos os pontos de vista das entidades e pareceres individuais selecionados, todos os itens defendidos por estas entidades, todas as culturas, todas as missões e todos os objetivos para construir uma só forma de avaliar os materiais institucionais e, nesta perspetiva não foi encontrado nenhum estudo semelhante.

Relacionado com a problemática entendemos refletir sobre as seguintes questões derivadas:

Quais os novos paradigmas da prática arquitetónica e produção no século XXI?

Os processos de industrialização e estandardização, a arquitetura e a urbanística são as ciências responsáveis pelo desenho racional da cidade?

Como se constrói uma Identidade da Cidade do século XXI?

Como se (re) cria uma cidade no século XXI?

No item acima é mencionado de uma forma clara o seu propósito, para tal a revisão da literatura de artigos científicos irão fornecer informação sobre os temas importantes no desenvolvimento deste trabalho bem como perspetivas, boas práticas e outras iniciativas.

Para a perceção das questões derivadas, entendemos estabelecer alguns objetivos principais, nomeadamente:

- Determinar os novos paradigmas da prática arquitetónica do século XXI

- Identificar os pressupostos de uma cidade do século XXI

- Determinar como se (re) cria uma cidade do século XXI

- Identificar o papel da sustentabilidade como fator principal da construção de cidades do século XXI

A metodologia descreve o método, técnicas e/ou procedimentos utilizados para obter respostas à questão de investigação colocada e respetivos objetivos, é por isso considerado um desenho de investigação onde é elaborado e utilizado um plano lógico que define o tipo de investigação e a forma de controlar as suas variáveis. (Freixo, 2009, p. 30-82)

A pesquisa em causa, irá ocorrer em três momentos: as construções do quadro teórico, resultantes do apanhado dos principais estudos científicos já realizados e de grande importância, porque nos fornecem dados atuais e importantes para a investigação, pelas técnicas de recolha de dados, e pelas fontes de informação.

Não se trata de uma revisão específica de literatura, mas sim apresenta elementos que poderiam levar a essa classificação, pois uma das funções deste trabalho é identificar, conhecer e acompanhar o desenvolvimento da pesquisa numa determinada área do conhecimento. Procurando igualmente, identificar algumas perspetivas para pesquisas futuras.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. CIDADES SUSTENTÁVEIS – CONTEXTUALIZAÇÃO

Foi com a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo (1972), que se deu início à preocupação global com as condições ambientais do mundo inteiro, com base na necessidade de estabelecer uma visão única de princípios unificadores que sejam partilhados pelos vários países industrializados. Esta refere:

"A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da Ciência e da Tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes, o meio natural [...]" (CNU; 1972).

Fazendo alusão principal, a transformação do meio ambiente pelo homem, chamando a atenção para as modificações ambientais. (apêndice 1)

Já em 1979, Hans Jonas, foi o autor da obra "*Princípio da Responsabilidade*", fazendo alusão à atuação dos governos institucionais e político-sociais para de certa forma, orientar o ser humano, tendo em conta a ética do futuro, no pensamento de que "o que fizermos hoje será consequência para os nossos descendentes", chamando a atenção para os problemas ambientais.

Passado 1 ano, em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza, fez publicar um artigo intitulado "A estratégia global para a Conservação", onde surgiu pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Sendo apenas formalizado no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório Brundtland[1]. Como nos mostra a Ilustração seguinte, em relação ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta os fatores sociais e os aspetos ambientais.

[1] Documento intitulado "*Our Common Future*", onde o Desenvolvimento sustentável é concebido como "O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem compreender a capacidade das gerações futuras"

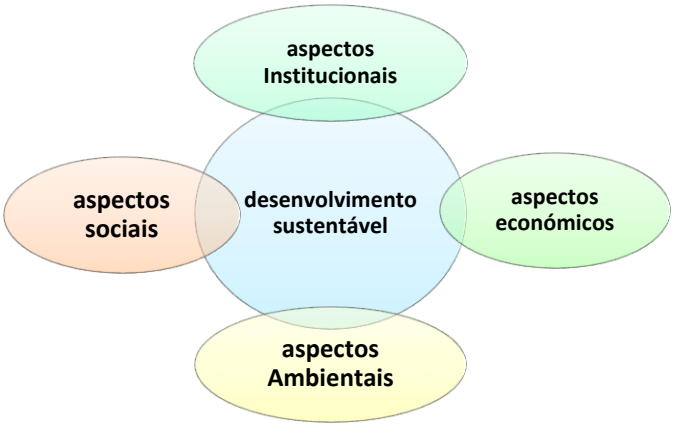

Ilustração 1 - Aspetos determinantes do desenvolvimento sustentável. ([Adaptado a partir de:] Gouzee et al., 1995, p. 12).

A todos estes encontros mundiais deu-se um conjunto de várias conferências, onde o tema principal seria as condições ambientais e a sua dramática alteração em termos de utilização de materiais, e do seu impacto em relação ao futuro do planeta.

O que se retira destes colóquios e conferencias a nível mundial, é sem dúvida, além do impacto da alteração do meio ambiente, a identificação dos indicadores de desenvolvimento sustentável, que servem como base de referência para os vários países em desenvolvimento, na aplicação de certas normas e regras, levando a um mundo mais ecológico e sustentável. Desse modo, a Comissão para o Desenvolvimento das Nações Unidas (1995), aprovou um conjunto de condições ou indicadores, incluídos em quatro categorias e sendo revistos em 2001 e 2007:

- Indicadores Ambientais
- Indicadores Económicos
- Indicadores Sociais
- Indicadores Institucionais

Para o desenvolvimento de políticas que favoreçam a sustentabilidade em geral e a construção sustentável em particular, deve-se começar por analisar os ciclos de otimização de recursos dentro de limites estabelecidos por fatores sustentáveis e valores individuais, culturais e sociais. Estas análises irão fornecer as metas o os

objetivos para as políticas, e também demonstrarão as possibilidades económicas de mudança (ROVERS, 2002).

O mundo tem procurado novas alternativas de enfatizar o desenvolvimento sustentável, e após a publicação do relatório de Brundtland em 1987, que teve como objetivo principal fazer um balanço do desenvolvimento económico, a nível mundial, e destacar as principais consequências socioambientais desse mesmo modelo, propondo estratégias ambientais (Schlee et al., 2009).

O crescimento populacional e a produção que de certa forma estão associados a padrões não sustentáveis de consumo, aplica uma pressão cada vez maior sobre as diversas condições que existem no nosso planeta em sustentar a vida.

Todos estes processos que se encontram em interação, afetam o uso da terra, da água, do ambiente, por isso mesmo à necessidade de implementar estratégias para mitigar este impacto das atividades humanas como o impacto das mudanças ambientais sobre as populações humanas.

Como muitos dos problemas que existem tratados na agenda 21[2], têm as suas raízes nas atividades locais, a participação das autoridades é importante para a realização dos objetivos de melhorar os problemas ambientais de cada localidade. Deste modo, as autoridades locais são responsáveis por manter as infraestruturas económicas, ambientais e sociais, estabelecendo políticas e regulamentações ambientais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

2.2. MORFOLOGIA DAS CIDADES

A morfologia das cidades representa a aparência externa da cidade construída, o meio ambiente. Esta morfologia descreve a forma urbana, isto porque, refere-se ao seu ambiente construído, aos seus edifícios (Moshi, 2009). De acordo com o autor, o conceito de estrutura das cidades é um dos principais elementos do planeamento morfológico urbano que regula o desenvolvimento da cidade.

[2] Programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a tentativa de promover à escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, tendo em conta métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica.

São os edifícios religiosos, os Palácios, os edifícios do Governo que representam os elementos dominantes da morfologia de uma cidade, expressam os valores históricos e o seu desenvolvimento ao longo dos anos (Carmona, Heath, Tiesdell, 2003).

Os edifícios antigos e edifícios contemporâneos nas cidades podem ser diferenciados em termos da sua forma construída, escala, textura, tecnologia de construção e materiais. Como exemplo, os edifícios residenciais coloniais têm sido alterados para instalações de escritórios institucionais (Mosha, 2012).

Ou o atual espectro da arquitetura “verde” ou “ecológica” que apresenta características arquitetónicas tão distintas como o edifício sede do Commerzbank (1991-1997) em Frankfurt (Alemanha), de Norman Foster & Partners, “o primeiro de uma nova geração de arranha-céus” (Ilustração 2), que não depende “completamente de climatização artificial para proporcionar o maior conforto possível, explorando maneiras de usar as energias renováveis e em particular fachadas de alta performance para satisfazer as exigências dos seus ocupantes” (Behling, 2002: 204);

Ilustração 2 - Edifício sede do Commerzbank em Frankfurt (Norman Foster and Partners, 1997)

Em cada cidade há um “antes” e um “depois”, e por isso uma síntese de diversos momentos. O local mantém-se e altera-se na sua forma. E, em consequência, atualmente, os sítios representam uma síntese de diversos momentos da história[3].

A morfologia urbana de acordo com a Obra “Espace Urban Vocabulaire et Morphologie” “o estudo da forma física do espaço urbano, as suas alterações em relação ao social, económico e demográfico, o ator e os processos de trabalho desta evolução” (Gauthiez, 2003). O mesmo significa que a morfologia é uma ciência que se encarrega do estudo das formas e interliga-as com os fenómenos que lhes deram origem (Lamas, 2004).

A morfologia da cidade representa o estudo da forma do meio urbano com base nos seus elementos morfológicos, a sua génese e a transformação no tempo. Os elementos de estudo da morfologia da cidade são uma explicação da produção da forma e, da inter-relação dos vários momentos.

Ao longo dos anos, a produção do espaço urbano foi o resultado de regras sociais e convenções sociais, bem como do modo como as diversas partes ou elementos da cidade foram combinados e organizados, ou seja, o seu desenho urbano.

2.3. DO PLANO AO PROJETO

O planeamento nos anos 90, consolida-se como um processo formalizado de tomada de decisões, que elabora uma representação desejada de um estado futuro e que individualiza as modalidades dessa execução (Détrie,1993)

Na organização e interação entre as pessoas e o meio natural que as envolve, é necessário elaborar um plano que tenha a capacidade de acompanhar as sucessivas alterações socioeconómicas e tecnológicas. Esta organização é efetuada através de um plano específico para cada situação e para todas as estruturas multidisciplinares que existem nas cidades e nas relações com o meio ambiente.

Assim, a evolução dos subsistemas apresenta uma tendência para revisar as diversas tipologias dos edifícios, que existem para funções variadas (funções familiares, profissionais, governamentais).

[3] Relacionado com o espaço geográfico, o sítio é, segundo Jacqueline BeaujeuGarnier, “o lugar preciso da implantação inicial da cidade” (op. cit., pág.94), ou como define Aldo Rossi (Rossi, A. (1966). A arquitetura da cidade. Lisboa: Edições Cosmos, pág. 84), “a área sobre a qual surge uma cidade; a superfície que ela realmente ocupa”

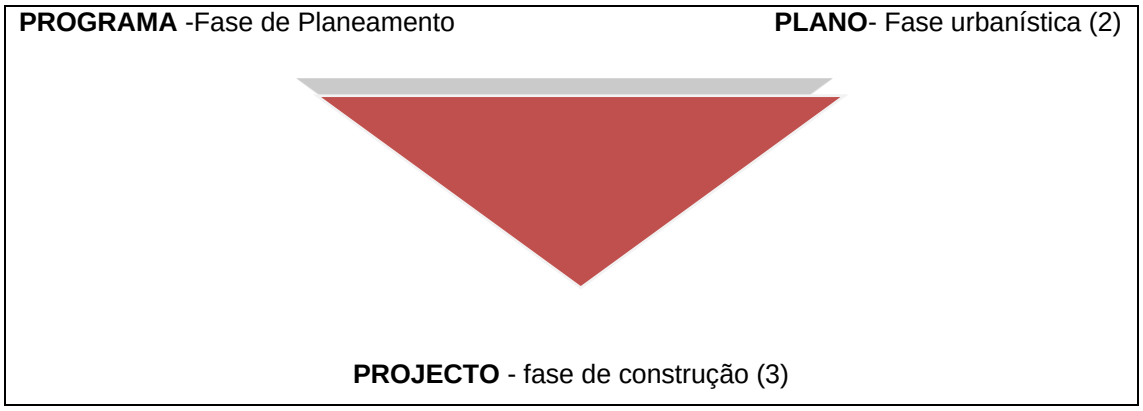

Ilustração 3 - Fases do desenho arquitetónico. (Ilustração nossa, 2016).

Durante a primeira fase, do desenho arquitetónico, o arquiteto determina as metas e requisitos principais para o projeto. Esta fase é determinada por "Programa- Fase de Planeamento", ou seja, define as funções necessárias do projeto.

Durante esta fase, é produzido o desenho esquemático final, após consulta e discussões entre o arquiteto e o proprietário. O projeto esquemático produz um Plano, planta, secções e outros materiais ilustrativos. É estimado igualmente, as dimensões e o custo da construção ou renovação.

É uma fase de formulação de objetivos com intervenção direta na escala dos problemas / necessidades e na dimensão geográfica das intervenções de modo a cumprir metas de trabalho e organização espacial.

A segunda fase designada por "Fase Urbanística – Plano" consiste na definição das morfologias urbanas e nas possibilidades físicas do território. Nesta fase, dá-se a transformação do plano e do desenho pela forma urbana. Define-se as ideias de ordem política, económica e social, e cria-se uma estratégica de atuação objetiva e clara do que se pretende efetuar.

O desenho urbano envolve uma lógica dos edifícios, não como um fim em si mas como uma forma de imaginar soluções alternativas e mais inovadoras para a conceção das cidades. Assim, para se restabelecer o papel dos edifícios como artefactos urbanos discretos, mas necessários, é pertinente ter em conta a paisagem envolvente (Scott, 2009).

Os desenhos são o componente ilustrativo dos documentos de construção, enquanto as especificações são exigências escritas de materiais de construção, equipamentos e

sistemas de construção que delineiam os padrões a serem cumpridos na construção de um projeto.

A terceira e última fase de Projeto a "Fase de Construção", após o programa estar devidamente definido, inicia-se a fase de construção.

Todo o planeamento do projeto é fundamental para refletir sobre o plano e do espaço. O papel da arquitetura nos campos do desenho urbano, mais especificamente, no desenho dos edifícios resulta num processo de diferentes níveis de produção que se completam entre si. Assim, o arquiteto planeia e projeta através de um único meio, o desenho. É através desta estrutura física da cidade que reside a partilha e interação entre as pessoas, que forma um fio condutor do tempo e do lugar.

2.4. ELABORAR E GERIR PROJETOS NUM CONTEXTO INCERTO

As novas tecnologias, a concorrência e a globalização em produtos e processos influência atualmente a tomada de decisão num ambiente cada vez mais complexo e dinâmico (Csiszar, 2008).

Os dias atuais são momentos de incerteza, onde as respostas para os problemas da sociedade não se encontram mais em referenciais seguros. No momento em que o mundo se debate com uma grave crise económica e financeira, os níveis de incerteza revelam-se muito elevados e, por essa razão, é importante o desempenho do processo de planeamento seja melhorado.

O processo de planeamento tem como base horizontes temporais a médio/longo prazo, que associado a incertezas presentes, irá obrigar a adoção de novas abordagens mais flexíveis e com uma única capacidade de adaptação à realidade envolvente.

Esta incerteza instalou-se na sociedade contemporânea e tem impulsionado uma perceção do mundo cada vez mais mutável, e onde por vezes, os exercícios de previsão perdem credibilidade. O planeamento como processo fundamental de apoio para a elaboração de projetos arquitetónicos tem em conta cinco desafios: demográfico, económico e financeiro, social, climático e energético (Abbott, 2005).

A definição de incerteza não é fácil, isto porque existem diversos entendimentos sobrepostos e de difícil distinção em comparação com o conceito de risco. Assim, a

incerteza pode ser definida como “um estado para o qual os atores entendem ser impossível definir uma probabilidade relativa aos resultados expectáveis das suas escolhas” (Keynes, 1937). Ou seja, é a falta de conhecimento entre o que é necessário conhecer para se tomar as decisões mais adequadas (Abbott, 2005).

A incerteza de acordo com Abbott (2005) está relacionada com a experienciada pela sociedade relativa a um futuro expectável e contemplada por alguns fatores:

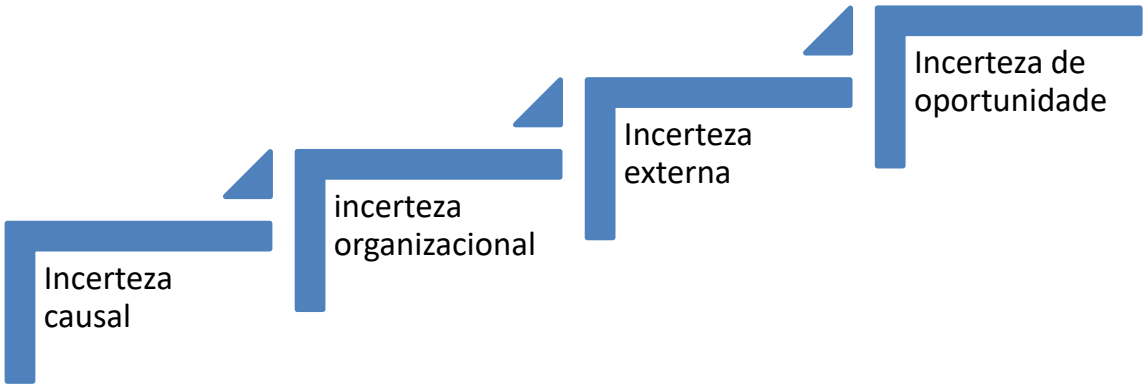

Ilustração 4 - Tipos de incertezas. (Ilustração nossa, 2016).

A incerteza causal é gerada pelas relações de causalidade (físicas, económicas e sociais) de uma situação específica.

A incerteza organizacional ocorre pela dificuldade em prever determinadas ações e intenções futuras que, apesar de não estarem diretamente intervenientes no processo, poderão condicioná-lo.

A incerteza externa, refere-se ao ambiente externo alargado, ou seja, na forma como se relaciona com a situação

A incerteza de oportunidade é proporcionada pelos eventos geradores de oportunidades únicas e, que são impossíveis de prever.

Relativamente à incerteza do processo, Abbott (2005) refere-se a um conjunto de tipologias, a incerteza de valor que corresponde à incerteza do processo, ou seja, no estabelecimento de juízos de valor, a incerteza organizacional que se relaciona com as

intenções futuras das pessoas e as suas próprias escolhas, a incerteza causal que decorre das relações causais no ambiente em que o projeto se desenvolve.

2.5. AGIR NUMA SOCIEDADE FORTEMENTE DIFERENCIADA: CIDADE DO OCIDENTE/ CIDADE DO ORIENTE

As sociedades democráticas ocidentais apresentam uma forte tendência para a obtenção de metas e objetivos diferentes das sociedades orientais. Os processos que são realizados originam situações sociais de homogeneidade

Ascher (2001, p. 20) propôs na sua obra, os 10 princípios para um novo tipo de urbanismo que fosse mais adaptado à fase de modernização da sociedade contemporânea ocidental. De acordo com o autor, as mudanças e crescimento da cidade estão associadas ao desenvolvimento de técnicas de transporte e armazenamento de pessoas, bens e transformações, pela racionalização e diferenciação social.

As duas primeiras fases de modernização são enfatizadas pelo autor como a relação entre a sociedade e as formas de conceber, utilizar e gerir territórios. Neste contexto, a primeira fase de modernização das cidades ocorreu no momento da Idade Média até à Revolução Industrial, e emergiu com a emancipação do político, a emergência do Estado-Nação, o desenvolvimento das ciências, a expansão do capitalismo. Foi através da Revolução Industrial que se passou para a segunda fase da modernização e, constituiu-se pela especialização, mobilidade e desenvolvimento tecnológico para melhor transportar e armazenar pessoas, bens e informações. Nesta fase, o urbanismo fordokeynisiano-corbusiano procurou adaptar a cidade às exigências da sociedade industrial, produção e consumo em massa.

De salientar que, o urbanismo contemporâneo fixava os princípios de organização espacial e, a partir dos quais se deduzia os planos de urbanismo com visão no futuro. Marcado fortemente pelo pensamento tayloriano e fordista visava a performance nas economias de escala, simplificação e repetição de funções urbanas. Assim, as soluções monofuncionais pouco adaptáveis para a sociedade moderna, deram lugar a respostas multifuncionais, capazes de fazer face às repetidas evoluções, aos disfuncionamentos existentes e as crises. E, traduzia-se uma maior diversidade funcional das zonas urbanas, e no reforço do papel dos transportes e redes diversas.

Foi no Médio Oriente que nasceram as primeiras civilizações arquitetónicas, e que foram erguidas pelo próprio solo do local. São cidades construídas em terra que perduram até aos dias de hoje. As fortalezas e as obras religiosas eram construídas com adobe e taipa. Poder-se-á dar como exemplo, a cidade de Shibam – Iémen, que constitui um dos exemplos mais antigos sobre a construção vertical, dando origem ao nome de "Manhattan do Deserto". Os seus edifícios são construídos essencialmente, com tijolo seco ao sol, constituindo as mais altas construções em terra do mundo.

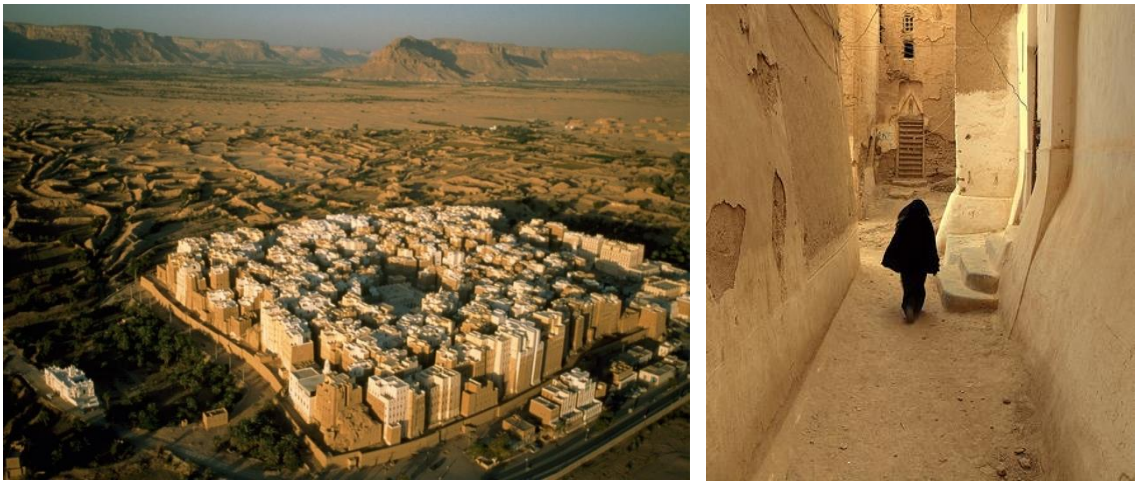

Ilustração 5 - Shibam – Iémen, 2016. (Sometimes Interesting, 2011).

O que mais marca a arquitetura do oriente são as diversas colunas, arcos e cúpulas, as decorações com mosaicos e arabescos, geralmente, utilizadas nas construções dos palácios e mesquitas. Outra das características da arquitetura do oriente é a construção em vários pavilhões, dentro de um jardim, representando assim uma constante ligação entre o meio natural e o ambiente arquitetado.

Ilustração 6 - Arquitetura do Oriente - Grande mesquita Sheikh Zayed. (Smith, 2013).

A cidade atual e moderna surge como um espaço hierarquizado e dicotómico, e através do qual o centro histórico assume uma importância cada vez maior, pois representa a sedimentação de várias formas urbanas e investimentos arquitetónicos que fornecem projeção às cidades.

Neste contexto, a procura pela memória urbana tem vindo a ser realizada através de estudos conduzidos pelas diferentes áreas do conhecimento que centram os seus estudos no fenómeno urbano, onde se destaca essencialmente, a arquitetura ou o urbanismo (Ribeiro, 2008).

A memória urbana é um elemento importante na constituição da identidade de um determinado lugar, de uma cidade, ou de um aglomerado populacional. Embora, a contextualização não seja na aceção da memória como capacidade de armazenamento e conservação de informações pessoais, mas sim uma memória de lugar, compartilhada e visualizada.

Foi nos seculos XVI e XVII que este espaço físico se tornou simbólico com a separação entre o sagrado e temporal, bem como o reconhecimento do estatuto da pessoa em relação ao clero e monarquia. A definição do limite entre os espaços públicos e privados perdeu-se ao longo da história, ao contrário do que se passa com o conceito de sociedade contemporânea (Sauser et al., 2009).

As cidades atualmente são parte integrante do ambiente global. As suas políticas e a procura para a produtividade, a população têm um impacto muito além das fronteiras da cidade.

Nos últimos 50 anos, as cidades expandiram-se ao seu redor de um modo rápido. Redes viárias e sistemas de transporte foram construídos em conjunto para apoiar este crescimento físico. Como exemplo, a cidade de Barcelona, Bilbao, Dublin e Manchester têm demonstrado que alteraram a sua imagem e marca, ou as formas em que o mundo exterior e os seus cidadãos percecionam o lugar (Sauser et al., 2009).

O património edificado é definitivamente um dos aspetos mais importantes da autenticidade e subsequentemente, da identidade de um ambiente urbano. As Cidades são formadas e desenvolvem todo o tempo. Alteram constantemente, desenvolvem e transformam. O património construído é mais uma reflexão aparente desta mudança. Pode incluir significados simbólicos para os cidadãos e para os visitantes, muitas vezes por causa dos eventos históricos significativos associados. Edifícios e estruturas de uma cidade contam uma história do passado com significados e valores culturais envolvidos (Seamon et al., 2009).

Outro dos exemplos mais notórios do Oriente é a cidade de Abu Dhabi no Dubai. Nesta região, o petróleo trouxe considerável riqueza para a cidade e, um dos elementos mais importantes é a exploração ativa das energias renováveis, a produção e a redução de consumo de recursos não renováveis. (Abu Dhabi. Government, 2009).

Ilustração 7 - Abu Dhabi – Dubai. (Travel Magma, 2010).

Ilustração 8 – Dubai. (Trip Advisor, 2015).

Embora seja de salientar que as autoridades de Abu Dhabi reconhecem a sustentabilidade do crescimento, que conduziu à formulação de uma energia renovável em janeiro de 2009, exigindo 7% da energia total em 2020, proveniente de fontes renováveis (Mezher et al., 2010).

3. AS CIDADES DA ERA DA INFORMAÇÃO

3.1. MATRIZ DA CIDADE

As cidades de hoje também precisam responder a pressões externas sem precedentes.

Essas pressões podem ser dramáticas. Incluem: recursos finitos, água, escassez de alimentos, falta de alimentos, agitação civil, aumento dos custos, sustentabilidade e incerteza económica. Num período de futuro incerto, os problemas locais e globais, planeamento prudente tendo em vista a sustentabilidade tornam-se de suma importância (Phatak, 2014, p. 81-83).

O projeto da cidade representa uma arte temporal. A construção de edifícios para a habitação individual e multifamiliar intensificou-se e ultrapassou a construção de edifícios. Como já foi dito no capítulo 1, devido à acelerada industrialização e ao abrupto do afluxo populacional, existindo uma grande necessidade de espaço de alojamentos e parque habitacional, anteriormente, devastado no curso das duas grandes guerras. As estruturas comuns foram construídas no núcleo da cidade, enquanto as unidades, casas de família e edifícios multifamiliares de pequeno porte (Keković, 2009).

Existem três grandes tendências que marcam a sociedade moderna. As duas primeiras tendências são omnipresentes, moldam a sociedade e as vidas diárias e estão diretamente ligadas entre si, a globalização e a tecnologia de informação e comunicação. A terceira tendência, menos abordada, é a urbanização e o crescimento das cidades (Souza, 2013).

As cidades atuais apresentam oportunidades inigualáveis para a criação de riqueza e prosperidade. Tornam-se assim, a força motriz do comércio, e os motores do crescimento económico.

As tecnologias entram na habitação atual, desmaterializando os seus limites e criam novas relações com o espaço, com as pessoas e com a realidade. A dualidade local / global ganhou uma dimensão distinta, onde a repercussão das atividades, costumes e tradições dos seres humanos passaram a ser efetuadas à escala mundial (Souza, 2013).

Durante a última década, as tecnologias emergentes influenciaram os problemas na teoria do design. Os projetos de arquitetura foram rodeados pela exploração de geometrias complexas, bem como de processos de materialização de tecnologias de fabricação (Schodek, 2000; Kieran Timberlake, 2004; Schodek et al, 2005; Sass e Oxman, 2006). Estes desenvolvimentos têm começado a exercer influência significativa sobre os conteúdos teóricos, conceituais e metodológicos do design.

Estas características surgiram em vários projetos que foram realizados antes e depois do milénio.

As características da forma topológica, evolução da estrutura transformacional espacial, organização não-hierárquica, e as condições espaciais tornaram-se mais proeminentes em trabalhos posteriores. Entre estes, o Yokahama Terminal Port Internacional desenhado por FOA (Kwinter et al., 2004),Representa o estudo de caso em formas complexas, incluindo a designada híper-continuidade ou modelos topográficos complexos que eram difíceis de representar. O projeto de infraestrutura defendia os princípios de urbanismo paisagístico num equipamento que cria a circulação através das superfícies moldadas que servem e acentuam as funções do terreno (Kwinter et al., 2004), forma e o espaço evolutivos foram relacionados para projetar conceitos tais como hiper-continuidades e conectividade; conceitos de continuidade e diversidade de arquitetura digital que substituíram a complexidade e a contradição de uma geração anterior. O novo interesse em tecnologia, geometria e expressão material reflete uma crítica implícita na teoria do design, o declínio e transformação de conceitos de raiz, tais como: representação, o desenho baseado em tipologias, e outros princípios do passado, estão em vias de serem substituídas hoje por um novo corpo de desenho, conceitos relacionados com modelos de geração, animação, desenho baseado no desempenho e materialização. Estes são conceitos de desenho decorrentes da sinergia entre as tecnologias emergentes, design e teorias arquitetónicas (Chaszar et al., 2006).

Ilustração 9 - Yokahama Terminal Port Internacional. (Langdon, 2014).

3.2. A GLOBALIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DAS METRÓPOLES

Na Teoria da Metrópole as cidades globais são divididas em dois tipos: Cidade Global (A) de países de rápido desenvolvimento e Cidade (B) do novo país industrial em desenvolvimento.

A urbanização é frequentemente descrita como a redistribuição da População das áreas rurais para as áreas urbanas. Entretanto, não é apenas a Reorganização da sociedade, mas também a reorganização social do espaço. As cidades incluem as mudanças sociais e políticas. De acordo com Fernand Braudel (1981, p. 479), "como os transformadores elétricos. Aumentam a tensão, aceleram o ritmo do intercâmbio e recarregam constantemente a vida humana ".

Mesmo quando as cidades eram pequenas e demograficamente insignificantes, existia uma parte desproporcionada no desenvolvimento social. As primeiras cidades, altura em que os impérios urbanos se expandiram e entraram noutros impérios urbanos, houve uma colisão cultural criativa e destrutiva. Karen Armstrong (2006) atualiza a ideia de

uma "idade axial" fundamental de 900 a 200 aC quando nasceram as grandes tradições religiosas do mundo.

Os primeiros exemplos de cidades incluem Amsterdão, Bruges, Florença, e Veneza, que se desenvolveram através do comércio internacional.

De teoria baseada na experiência das cidades industriais do século XIX, a Grã-Bretanha é uma cidade, com as suas diversas formas emblemáticas, oportunidades, contextos e laboratórios para novos desenvolvimentos sociais (Pethe, 2013).

A Primeira Revolução Urbana, com experiência independente em África, Ásia e América desencadeou mudanças sociais e novas formas de ver e representar o mundo. A Segunda Revolução Urbana começou no século XVIII com a articulação entre urbanização e industrialização que inaugurou a criação da cidade industrial e desencadeou taxas inigualáveis de crescimento. Desde 1800, o crescimento urbano é uma das características mais significativas das alterações demográficas globais (Rao, 2015).

A literatura moderna sobre o tema da globalização e o crescimento das metrópoles disponibiliza modelos uteis para a compreensão sobre a integração internacional e as economias de longo desempenho.

Até meados dos anos 80, os estudos sobre o crescimento das metrópoles centram a sua análise na taxa de crescimento populacional. De salientar que, a globalização tem sido impulsionada pela queda dos custos dos transportes e da comunicação, a introdução de navios a vapor, estradas de ferro e telegrafo (Standage et al., 2008). Ou seja, o motor da globalização tem sido uma redução constante nos custos de movimentação de bens, capital, pessoas e ideias.

As recentes melhorias em termos de tecnologias têm efeitos mensuráveis elevados. A subcontratação, desagregação e a fragmentação das empresas não conduzem a atividades em todo o mundo. Muitos países têm agora ligações mais fortes com o comércio mundial. A maioria das atividades está concentrada nas áreas urbanas. A rápida urbanização no mundo em desenvolvimento tem sido uma das características mais importantes que ocorreram de forma rápida nas ondas da globalização.

Vive-se cada vez mais em cidades, embora seja de questionar se algumas destas megacidades crescem a taxas tão rápidas, conseguem colher os benefícios desta onda da globalização

Estes benefícios das cidades consistem nas forças de aglomeração que atraem empresas e trabalhadores e, ao mesmo tempo, permite-lhes servir um mercado local. Tradicionalmente, a produção ocorreu cada vez mais perto das grandes cidades, em cidades como Boston, Cambridge, U.K. em cada local é dotado de fatores cruciais para a produção. Neste sentido, a globalização tornou o mercado global e aumentou o número de escolha de locais de produção, dependendo do tipo de tarefa (Overman et al., 2005).

O crescimento das grandes aglomerações sugere que ainda existe uma necessidade de retoma à escala de atividades, embora mencionada como a “morte da distância”, ou seja, sustos menores de transporte e comunicação permitem à empresa escolher um determinado local com maior vantagem competitiva.

Salienta-se que a estrutura do sistema mundial está organizada de acordo com o capitalismo global. Esta estrutura tem processos de produção avançados que exigem concentração de capital e a um nível mais elevado de competências. É essencialmente, nas periferias das cidades que existe falta de capital, tecnologias, poder de mercado, riqueza e bens vitais (Overman et al., 2005)

As cidades são atualmente os centros da civilização, da criação de mão-de-obra e intercâmbios financeiros internacionais (Sachs, 1996). A atual dinâmica de desenvolvimento exige a criação de cidades cada vez mais modernas e competitivas, que tenham a capacidade de conectar atores e economias globais (Peemans, 2008).

A globalização afetou o destino das cidades. Facilitou a ascensão das megacidades que representam o poderoso e suficiente para desafiar o Estado-Nação, determinando assim, o destino da cidade em termos de desenvolvimento. As cidades tornaram-se poderosas e líderes de uma dinâmica económica e mundial. Centralizam a população e, importantes atividades económicas, que contribuem significativamente para o crescimento do PIB global (Peemans, 2008).

Somente 600 centros urbanos, com um quinto da população mundial, geram 60% do PIB (Richard et al., 2011). De acordo com os autores, o notável crescimento urbano e o

papel económico das cidades tornaram-se mais significativos desde a II Guerra Mundial, devido aos processos de modernização e globalização.

No ano de 2000, existiam cerca de 111 de 165 cidades com mais de 2 milhões de habitantes em todo o mundo e, estavam localizadas em países em desenvolvimento (Cadene, 2000).

Em 2025, espera-se que das 136 novas cidades do mundo em desenvolvimento, entrarão no top das 600 cidades com maior número de população, como é o caso da China e Índia (Richard & al., 2011). De acordo com o gráfico seguinte, é notável o número de habitantes nas grandes cidades do mundo.

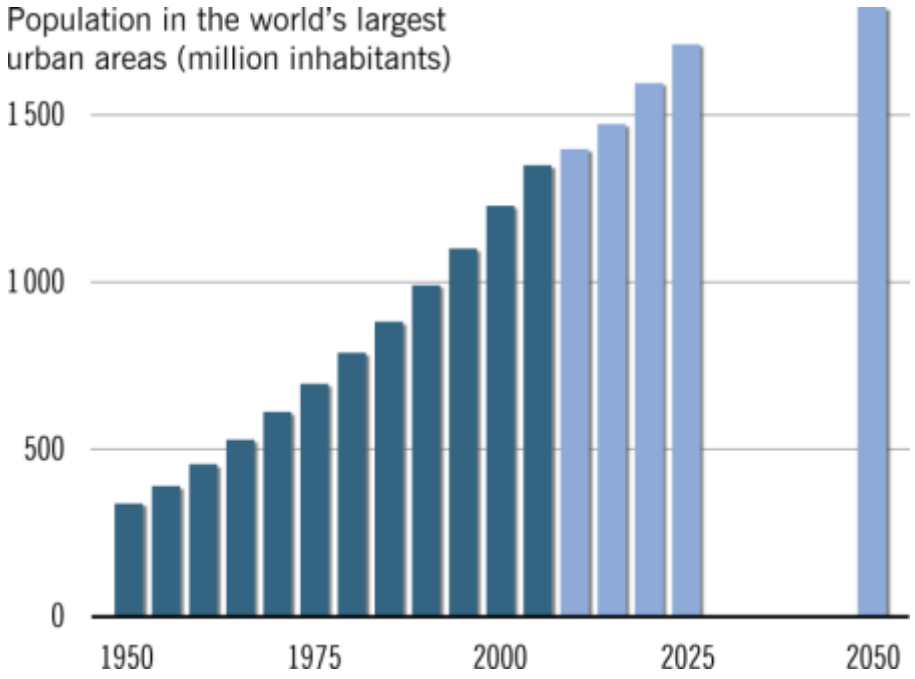

Ilustração 10 - Tendência da população urbana mundial, 1950-2050. (Richard and al., 2011).

Observa-se que a população nas cidades tem vindo a aumentar de forma significativa, o que faz prever que no ano de 2050 seja notório o seu elevado número.

De salientar que o mundo urbano atual, centrado na cidade global tem sido alvo de grandes debates sobre arquitetura do século XXI. As áreas metropolitanas variam as formas de atrair e acumular a economia e, contribuir para a melhoria da qualidade de

vida. Será por isso importante e urgente determinar em que medida as cidades estão bem posicionadas para fazer face à próxima era do crescimento global (Costa, 2008).

As preocupações com o crescimento global, produtividade, e os salários não são monolíticos. Esta tipologia pode informar a variedade de caminhos que as cidades tomam para os diferentes desafios. Para os líderes do metro, essa tipologia pode também garantir uma melhor aplicação das comparações entre pares, permitir a identificação de informações mais inovadoras para os desafios locais e reforçar um papel e desempenho relativos da cidade-região para as economias e, que ao mesmo tempo, garantam a prosperidade contínua (Costa et al., 2008).

A integração global, uma tendência de definição da intensificação do volume de bens, serviços, e os investimentos entre países aumentaram de $ 5 triliões em 1990 para $ 30 triliões em 2014, ou de 24% para 39% do produto interno bruto global - PIB (Hall, 2000).

Enquanto o comércio de mercadorias estagnou nos últimos anos, os fluxos transfronteiriços de dados cresceram vigorosamente.

Amplamente medido, essas conexões importam. Isto porque, os países que estão mais conectados internacionalmente, aumentam o crescimento do PIB até 40%, mais do que os países menos conectados.

Um corpo significativo de pesquisa procurou classificar as cidades globais e medir a sua competitividade económica.

Milhões de pessoas cruzam-nas diariamente e as ideias fluem sem travão. Nas cidades onde todos os caminhos vão dar à inovação, a criatividade tem sentido obrigatório.

Talento, tolerância e tecnologia: são estes os ingredientes chave da receita de Richard Florida para as cidades do século XXI. Cidades que ambicionem fixar os seus mais proeminentes cérebros, acolher a diversidade social e cultural e tornar-se verdadeiros laboratórios, onde o saber, a arte e a tecnologia se juntam para gerar experiências inéditas (Hoyman et al., 2009).

O encanto de ser diferente é, aliás, uma das grandes armas das cidades criativas, preconizadas pelo autor norte-americano e fundador do think-tank Creative Class Group, especialista em Políticas Públicas e da Economia Urbana. Florida defende que

o segredo para estas se tornarem mais promissoras está em descobrir e explorar os fatores que as tornam únicas (Hall, 2000; Healey 2004).

Crescer com inteligência, poder de inclusão, sustentabilidade e vontade de estar na dianteira do conhecimento é o mote para o presente e o futuro das cidades contemporâneas, que querem assim dar espaço para que se pense e produza com ousadia.

Neste ambiente urbano fervilhante, onde caem por terra as barreiras à circulação de pessoas, bens e ideias e tecnologias, a força motriz é então o fator humano. Esta revolução criativa em contexto urbano, segundo Florida, será posta em marcha por uma "classe criativa", composta por artistas, cientistas, professores, agentes económicos e financeiros, empresários e pensadores que arrisquem refletir e agir para desenvolver.

Nesse contexto, a UNESCO lançou, já em 2004, a Rede de Cidades Criativas para promover o desenvolvimento social, económico e cultural urbano, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em vias de desenvolvimento. Antes disso, e de há 25 anos para cá, a União Europeia passou a eleger as suas Capitais Europeias da Cultura – em 2012, Guimarães –, provando que a nova arquitetura do espaço urbano tem profundas raízes culturais.

Ilustração 11 - Cidades Criativas. (Mittwoch, 2014)

A cidade a partir do século XVIII é designada de cidade moderna. Conceito que atualmente causa algum desconforto, pois a cidade já não representa o que era anteriormente. Embora, ainda se busque uma terminologia que possa transmitir a realidade contemporânea, que contém uma Revolução Industrial, uma revolução tecnológica e digital, em constante avanço. A essa cidade de hoje, Giddens refere "a modernidade", como o estilo, o costume de vida ou organização social que surgiram na Europa após o século XVIII (Giddens, 1991, p. 11).

O IDE ao controlar as concentrações das populações, ressalva cidades como Austin e Vancouver, Birmingham e Barcelona, Austrália como grandes metrópoles do mundo, que avançaram na inovação e novas formas de habitar. As metrópoles estão entre as maiores economias do mundo, incluindo Tóquio, Tóquio, Seul-Incheon e Shenzhen.

3.3. O CAPITALISMO ESTÉTICO NAS SOCIEDADES

Tendo como base a estetização moderna do mundo, com maior plenitude entre os séculos XVIII e XIX, a arte impõe-se na sua autonomia. Distinguindo-se assim, a "arte propriamente dita", independente, orgulhosa e desprendida.

A partir desta época. Ocorre uma nova produção de luxo como a arte da produção industrial em serie, que se destina às massas e, que convergiu na idade trans-estética.

Os grandes espaços estéticos das cidades são originados pela mudança de escala e arquitetura, seja através da climatização ou da iluminação artificial, onde se dá o comércio, não faltando ainda as "catedrais de consumo". Estes grandes espaços estéticos são dominados pela "lógica de sedução estética" e, pela época onde se insere.

De salientar que, os novos usos do design estão em todos os continentes, seja decorativo ou subjetivo / expressivo. Esta mistura de géneros e a reutilização produzem um novo paradigma da arquitetura e, um novo conceito à escala mundial. Com o evento da integração da União Europeia, o tipo do design é feito de sobreposições de interpretações de transversalidades (Lipovetsky et al., 2014, p. 7).

Nos vários países surgiram novas ideias, evidências da necessidade de se encontrar um instrumento capaz de atuar no tecido urbano à grande escala, ao mesmo tempo que representava uma alternativa aos planos, e aos objetos arquitetónicos isolados. Recuperando as questões de processo, atuando através da morfologia e dos tipos, o Projeto Urbano, assumia-se desta forma como um instrumento capaz de atuar nas novas estruturas citadinas, recuperando os elementos da cidade histórica, integrando a paisagem natural e construída. Para tal, seria ainda necessário atender à componente temporal inerente ao espaço citadino, fosse este construído ou simbólico. A revisão do Modernismo e das questões funcionalistas e construtivas foi apenas um dos pontos de partida, que acabaria por se estender à abordagem de problemáticas até então deixadas ao planeamento, urbanismo, ciências sociais, política e economia separadamente, e que fariam sentido incluir na revisão da arquitetura enquanto ciência multidisciplinar incumbida do desenho do espaço urbano.

Ao tentar-se compreender o significado de cidade, analisa-se igualmente as metodologias necessárias para permitir desenhar a cidade. Surgem assim, instrumentos como os planos que se desenham em áreas metropolitanas, e que em diversos contextos se revelaram insuficientes e redutores (Salgado, 2004). O projeto urbano assume-se como um instrumento e metodologia com a capacidade de agir em diversas estruturas da cidade, e ao mesmo tempo, recuperar os elementos históricos da cidade. Deve ser por essa razão, importante e necessário ter em conta aspetos temporais e espaciais (Salgado, 2004).

De acordo com Portas (2007) as cidades e as sociedades modernas, transformaram-se a um ritmo acentuado e, arrastados por esta evolução, avalia-se mal os objetos de nos servimos, a forma de agir e trabalhar.

Na perspetiva urbanística ainda mais dificilmente das mudanças devido ao conjunto edificado propriamente dito, transforma-se e evolui de forma relativamente lenta e porque as construções que se terminam em cada ano representam menos de um por cento na área afeta a construção (Portas, 2007).

3.4. CIDADES CRIATIVAS

O conceito de cidade criativa tem sido expandido ao longo dos anos, e está presente nos discursos e atuações públicas sobre os espaços urbanos, às diversas escalas, e das grandes instituições internacionais como a UE, OCDE e ONU.

A associação entre a criatividade e a promoção do desenvolvimento urbano, o reconhecimento do peso e importância das atividades culturais e criativas para o desenvolvimento do território, têm sido algumas das variáveis das abordagens sobre esta questão (Costa et al., 2007/2008).

As formas mais tradicionais de pensar e atuar sobre a cidade e a cultura, representam a ideia de base das cidades criativas. Desenvolvem-se através do discurso sobre o desenhar as intervenções mais transversais, que ultrapassam as dicotomias e conflitos relacionados em vários domínios e formas de atuação. (Seixas, 2008).

A vitalidade de um determinado território urbano relaciona-se com as dimensões da dinâmica, energia e do movimento. E, a partir destas dimensões gerais estrutura-se e produz-se a dinâmica urbana, para a afirmação e a qualificação de qualquer território urbano (Guerra et al., 2006).

A criatividade, do ponto de vista fundamental ou incremental, contém algo de inovador e de valorizável. Destaca-se neste contexto, o papel do reconhecimento social e legitimação / valorização social da criatividade. É este reconhecimento socialmente marcado e determinado, que nos conduz para aspetos importantes na organização do espaço urbano e estruturação espacial das atividades criativas (Scott, 2006; Costa, 2008).

A cidade é cada vez mais conceituada através de termos como “Classe criativa” que dá importância vital à cultura e artes no seu contexto (Landry, 2008). Desde a década de 1990, no contexto britânico e depois no contexto americano, o conceito de Cidade Criativa tornou-se um paradigma normativo e um importante modelo de planeamento urbano (Reckwitz, 2009).

De acordo com Kirchberg é correto considerar o aparecimento do conceito de cidades criativas como um evento divisor de águas, e líderes comunitários (Kirchberg, 2006, p. 199).

O conceito de cidade criativa é utilizado frequentemente, como forma de planeamento estratégico, relacionado com as mudanças mais amplas na economia e na sociedade, em que a criatividade humana se tornou um ponto-chave (Florida, 2002).

Assim, tendo como base de estudo esta transformação, são as vivências experimentais correspondem a mudanças de estilo de vida e no trabalho. Com base nestes aspetos, o conceito de cidade criativa tem efeitos no espaço urbano. A criatividade precisa de uma base para prosperar (Kirchberg 2010: 27). De acordo com o autor, o lugar representa a principal unidade organizadora social do nosso tempo, tornando esse lugar essencial para viver, trabalhar ou de lazer. São os cidadãos que fazem a qualidade de vida, as exigências em relação à cidade, tornando a cultura, o entretenimento e o consumo importantes para a transformação da cidade (Clark, 2004).

Dir-se-á que a cidade não é apenas um espaço funcional que separa a vida e o trabalho, mas sim formas padronizadas de consumo e lazer (Reckwitz, 2009). A cidade criativa vê-se como uma Ilustração cultural, possui símbolos, sinais, práticas em comparação com outras cidades. Usa o seu carácter distintivo e desenvolve-o adequadamente (Reckwitz, 2009, p. 7). As cidades criativas são cidades inovadoras, ou seja, constituídas de uma série de fatores (Ilustração 12).

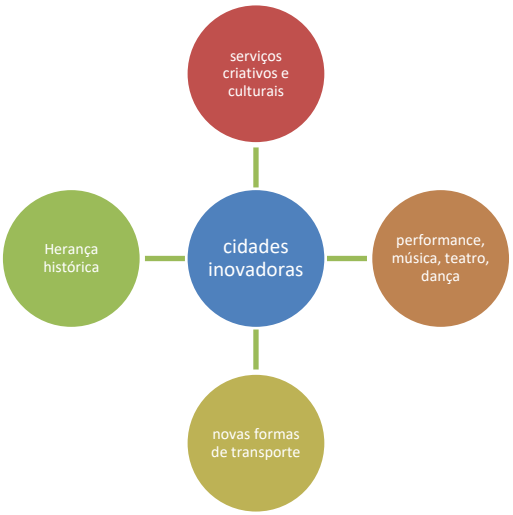

Ilustração 12 - Fatores integrantes das cidades inovadoras e criativas. ([Adaptado a partir de:] Reckwitz, 2009, p. 7).

Poder-se-á exemplificar algumas cidades criativas, que transformaram o quotidiano dos seus residentes em algo benéfico para o futuro, como é o caso de São Francisco (EUA)

e Medellín (Colômbia), ambas cidades vencedoras do 8º prémio de Transpor Sustentável.

Estas cidades foram selecionadas através de quatro categorias, melhoria da mobilidade para os cidadãos, redução de emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e da poluição do ar causada pelo transporte, melhoria da segurança, e aumento da acessibilidade para ciclistas e pedestres. Além disso, cada cidade indicada ao premio tem um papel ativo de liderança em meios sociais e tecnológicos para atingir os usuários e cidadãos, proporcionando serviços mais informativos e convenientes.

Ilustração 13 -'High Line' em Nova Iorque, rasgo verde dentro da cidade (Martins, 2016)

Ilustração 14 - Sistema de bicicletas públicas de Medellín (The city fix, 2016)

De igual modo, a UNESCO classificou as cidades de Barcelona, Medellin e Montevidéu (Uruguai) como cidades que conformam a Rede de Cidades Criativas.

Para Peck, por trás de estratégias de criatividade existem "neoliberais", agendas de desenvolvimento, enquadradas em torno da competição interurbana, consumo de classe média e marketing de lugar "(ibid: 740f.). Shaw e Porter também examinam as políticas que se baseiam na lógica de que a "falta de classe média é um 'problema' "(Porter et al.,2009, p. 4).

As áreas que necessitam de mudança, tanto no que se relaciona com a sua imagem. A necessidade de renovação urbana através do conceito de cidade criativa é o resultado dos princípios neoliberais[4] (Reckwitz, 2009, p. 2).

Como diz Pratt (2010, p. 14), "No campo da política urbana, a noção de uma cidade criativa tem propagação como um incêndio, mas ao contrário de um incêndio, parece que todas as pessoas querem ter uma Cidade Criativa". Como é o caso dos incêndios florestais, que se espalham rapidamente. O debate pode ser rapidamente identificado.

[4] O Neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria da economia política e Práticas que propõem que o bem-estar humano pode ser melhor avançado através da Liberdade e as competências empresariais individuais num contexto Institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, Livre mercado e livre comércio. "(Harvey 2005, p. 2)

Uma primeira noção baseia-se no conceito de cidade criativa em si, e transforma-o num objetivo político primário (Landry, 2000, 2006).

A abordagem associa-se à construção e valorização das chamadas “indústrias criativas”. Estas indústrias, foram constituídas ao longo da década de 1990, e tornaram-se um elemento da política cultural do trabalho na Grã-Bretanha (Hesmondhalgh et al., 2005; Pratt, 2008).

Da mesma forma, o termo "criativo" foi escolhido para evitar a associação entre a velha cultura e o trabalho antigo, e para contrariar a agenda neoliberal de Margaret Thatcher. Começou com o apoio de atividades voltadas para a juventude nos Bairros Culturais, institucionalizados na definição de setor do Departamento de Cultura, Mídia e Desportos (DCMS), e tem sido imitado por muitos países em todo o mundo. Ao mesmo tempo, o Conceito foi envolvido em grande controvérsia desde a sua origem. Foi visto como um sell-out de posições artísticas comerciais e interesses comerciais (Peck, 2011).

A ênfase em remarcar a cidade de Dublin como uma cidade criativa é uma direção relativamente nova na história de planeamento na cidade. Isto é em grande parte devido à ocorrência de uma grande crise económica em 2009,

Em pleno Plano de Desenvolvimento de 2005-2011, um plano que contou com o cumprimento de seus objetivos, o atual plano de desenvolvimento adota uma abordagem mais criativa na definição das esperanças e aspirações para o futuro de Dublin. Esta visão: “Dentro dos próximos 25 a 30 anos, Dublin terá uma reputação estabelecida como um dos mais Sustentáveis, dinâmicas e cheias de recursos na Europa. Dublin, através da 3visão partilhada de Cidadãos e líderes cívicos, será uma cidade bonita e compacta, com um carácter. Uma economia diversificada, inteligente, verde, baseada na inovação. Em resumo, a visão é a Capital onde as pessoas procuram viver, trabalhar e experimentar como uma questão de escolha”.

Ilustração 15 - Cidade Criativa de Dublin (City Development Plab, 2011)

Observa-se igualmente, que o aumento da influência da cidade criativa e através das teorias da classe criativa na cidade está associada à crise económica em escala internacional que se instalou em toda a parte do mundo e, efetuou mudanças mais ecológicas na cidade. Como exemplo, do efeito sobre a forma física da cidade, é o uso do conceito de “cluster criativo”, como elemento-chave da teoria da cidade criativa.

Ao nível nacional tem-se alguns exemplos de cidades criativas, com Bairros criativos, como é o caso do Bairro Alto / Bica / Chiado.

Ilustração 16 - Bica lisboa (Quintadealmagra. 2011)

Ilustração 17 - Bairro Alto – Lisboa (Diogo Belo, 2016)

Todos estes locais, considerados como “Bairros Criativos” são valorizados pelo seu grande capital simbólico, pela forte componente cultural e pelas suas vertentes de turismo internacional. Os investimentos urbanos de larga escala envolvem um estatuto de prioridade política, uma forte visibilidade social e simbólica, e ainda uma perspetiva de meta-vivência geográfica face a estratégias de escala regional e de finança global (Borja et al., 1997; Jessop, 2002),

3.5. CONSTRUIR UMA IDENTIDADE

Assistimos através do efeito do jogo de vários fatores e de todos os modos de pertença entrecruzados, a uma decomposição da unidade do espaço urbano, não só horizontal, mas também vertical, não só material, mas também simbólico, não só económica, mas também politicamente e ideologicamente. A aglomeração moderna perdeu toda a relação com a polis, tornou-se uma sucessão, uma montagem, uma seriação, uma interferência de «processos» e de «acontecimentos urbanísticos» instáveis, que surgem, cada um deles, na intersecção de múltiplas linhas de força, emanando de espaços sociais, económicos, políticos, simbólicos ou até mesmo históricos (Scholte, 2005; Seamon, 2012).

O que significa, no entanto, que não haja, qualquer estrutura nem qualquer ordem hierárquica na composição espacial e social da aglomeração contemporânea. Se abstrairmos dos núcleos antigos que encontramos mais ou menos maltratados nos novos processos de urbanização, estes últimos, até mesmo devido ao seu carácter relativamente aleatório, tendem a ordenar-se globalmente segundo princípios puramente mecânicos, que produzem, por um lado a dispersão e o esboroamento, e, por outro, a atracão e a acumulação, com zonas intermédias de interferência ora positiva, ora negativa; ora de embates e transição, ora de vazio (Gospodini, 2002)

Mas, observando as coisas mais de perto, até mesmo os centros da cidade, com a sua densidade extrema de construções e de atividades administrativas, já não são, falando com propriedade, centros de nada; não fazem mais do que acumular-se indefinidamente sobre si próprios por razões de rentabilidade imobiliária e de comodidade técnica, que obedecem á mesma logica, abstrata, em virtude da qual as periferias urbanas não param, pelo seu lado, de reproduzir a sua dispersão, para engendrarem de novo, aqui e ali, em função de certos limiares puramente quantitativos, outros movimentos de aglomeração local da sua massa desdobrada (Noormohammadi, 2012).

Na América, a nova lógica do mercado deparou com menos resistência que na Europa, nomeadamente por parte das antigas categorias sociais apegadas ao seu modo de vida, ou também dos poderes públicos, e tornou, portanto, ainda mais depressa a sua força de preensão extensiva ao próprio coração das cidades.

A sociedade americana, de resto, não se identificava especificamente nem como nação nem como Estado ou como Império; apresentava-se antes como a Terra Prometida dos

indivíduos, cuja reunião comunitária era pensada e experimentada segundo o modelo da associação afinitária e voluntária. Ora, nesta situação encontravam-se associadas tendências contraditórias. Por um lado, o território continental apresentava-se como um espaço ilimitado e indefinido de «oportunidades», aberto ao espirito de empresa e, portanto, ao desdobrar-se sem limites de uma mentalidade instrumental (a ideologia de «Fronteira»). Mas, por outro lado, significava, antes de mais, o lugar de acolhimento e de refúgio de uma esfera de autonomia doméstica, politica e comunitária, compreendida segundo a tradição dos primeiros colonos da Nova Inglaterra. E é precisamente a existência das «fronteiras» que permite a estas duas tendências coabitarem durante muito tempo em termos mutuamente cumulativos, para se amalgamarem numa mesma ideologia de «liberdade americana», ignorando a contradição virtual que as opunha. Foi apenas no processo de urbanização industrial da segunda metade do século XIX que esta contradição se tornou visível no contraste entre uma produção caótica do espaço global das novas aglomerações, e a ordem tranquila, intimista e quase bucólica das novas comunidades residenciais que voltavam a formar-se um pouco por toda a parte no tecido urbanizado, com origem por vezes em pertenças tradicionais salvaguardadas através da imigração, e baseadas com maior frequência nos processos de mobilidade social e de estratificação estatuária.

Por contraste, podemos pensar uma vez mais na Paris de Haussman, onde uma arquitetura de estilo «Imperial» consegue integrar no mesmo espaço urbano as diversas categorias sociais que vivem em interdependência na estrutura social da cidade, e para as quais esta ultima representa sempre uma referência de identificação comum. O urbanismo e a arquitetura funcionam, pois, também aqui, como ideologia social, quando na América, exprimem apenas uma ideologia individualista, até mesmo no interior dos micro-comunitarismos que abrigam ou engendram.

A casa e o próprio lar transformaram-se na praça pública dos média, mas trata-se de uma praça sem forma e sem limites, sem barreiras e sem proteção, ao mesmo tempo aberta e atomizada. Segundo modalidades tecnicamente diversas, a nova dinâmica da urbanização promocional - bem como os seus múltiplos efeitos «perversos» - toca tanto o campo como a cidade, tanto o espaço privado como o espaço publico.

Qual é a relação entre a Arquitetura e identidade? Em resposta, citemos Martin Heidegger, através das suas frases escritas no texto de Hebel Der Hausfreund (1957), em relação com o verbo “viver”.

A identidade está intimamente ligada à memória, Maurice Halbwachs (1877-1945), Aluno de Henri Bergson e Émil Durkheim salienta que a memória individual é formada através da socialização e, como fundamentos da memória coletiva. Esta memória coletiva reconstrói o passado e organiza o sentido do presente e do futuro.

De salientar que, os problemas de modernização e autenticação em eventos arquitetónicos contemporâneos no mundo, bem como as manifestações de alienação no urbanismo contemporâneo representam temas de debates entre muitos intelectuais da arquitetura.

Assim, a identidade de um lugar representa um dos vocabulários mais importantes na ligação da arquitetura humana, com o ambiente construído, de modo a que a força e a fraqueza da ligação por vários elementos.

Nas cidades medievais europeias, onde (enclausura humana, estímulo das ruas e Espaços com resposta de memórias, sensações e sentimentos), fazem deste lugar uma parte integrante da vida dos seus habitantes, por vezes sobrepostos e produtos dentro de massas e espaços da cidade (Rahimi, 2010; Masood, 2011).

Atualmente, o sentido dos componentes da cidade é inferior ao passado e enfraqueceu a sua associação com os espaços. É o novo desenho para a arquitetura da cidade em particular no centro da cidade. O lugar não é uma localização abstrata, mas um componente das coisas reais, possui material e entidade moral, propriedades sensoriais e simbolismo que proporcionam uma identificação ambiental específica.

Nas cidades, o carácter ambiental é criado pela relação entre as coisas. De acordo com Norberg-Schulz a paisagem, o clima, as estações, o dia e a noite, os edifícios e as atividades humanas fazem parte desse carácter ambiental.

As forças das novas tecnologias, da globalização e da "compressão tempo-espaço" procuraram representar as identidades localizadas como características históricas, regressivas, e têm trabalhado para diferenciar as antigas lealdades do lugar e da comunidade.

O florescimento da política de identidade e agora o nacionalismo, revelam uma clara resistência a essas estratégias universais. Se os lugares já não são os suportes claros

da nossa identidade, então desempenham um papel potencialmente importante na dimensão simbólica e física das nossas identificações.

Identidade Nacional refere-se a um grupo de pessoas que compartilham as mesmas características e, a identidade coletiva remete para as características nacionais e os chamados traços nacionais, que incluem a linguagem e o estilo de vestir. Trata-se de uma identidade partilhada.

Dito de outra forma, os lugares apresentam uma especificidade de serem vividos por cada individuo, pois são geradoras de uma memória em associação com diversas vivências e experiências recorrentes, criam ao mesmo tempo, sentimentos de pertença e identificação própria. Assim, para além destas memórias individuais e coletivas, existem ainda as memórias que se associam à história do lugar, marcadas por um determinado evento que o torna diferente.

De acordo com Pedro Brandão (2011) a memória coletiva é constituída de “camadas, em que cada individuo tem uma memória individual e uma memória coletiva”.

De uma forma geral, a identidade de um determinado lugar pode estar associada ao património, ou seja, a ideia de “herança paterna” ou “bens de família”, e no caso da cidade, ao “bem cultural”. Como é o caso do Castelo de São Jorge, Torre de Belém.

Ilustração 18 - Castelo de São Jorge (idealista. -2017)

Estes bens culturais, que representam a identidade de um lugar ou de uma cidade, fazem parte das estratégicas das instituições responsáveis pelo desenvolvimento das cidades, como forma de promoção do local, gerando assim interesse e identificação (Lamas, 2004).

4. ESTRATÉGIAS DE PROJECTO URBANO

4.1. RENOVAÇÃO URBANA - AMBIENTE E ESPAÇO

"As «áreas-residência» da cidade expandida constituem uma pedra de toque da cultura urbana para além de serem um sinal significativo dos critérios de prioridade da sociedade num dado estádio de desenvolvimento.

A verdade é que a curta história de meio - século das políticas da habitação ensina-nos que a tentativa, puramente produtivista, de «ir dando solução ao problema» (identificado este apenas com a necessidade de casas baratas) pode não corresponder a uma racionalidade global. Se esses pesados investimentos imobiliários constituírem um desvio da melhoria dos serviços urbanos para o maior número de (escolas, transportes, tempos livres), ou ainda se pela localização de bairros no caso dos terrenos, vier a implicar posteriores agravamentos de custo para assegurar a integração urbana das populações alojadas (Michael et al., 2008).

A política da habitação gerada por organismos de financiamento e administração ocupados com a tal «solução do problema», resultou quase sempre numa perspetiva anti urbana, na medida em que espalhou bairros - dormitório convencionais para populações de baixo nível de vida (nível por vezes ainda agravado pelos novos transportes e rendas contraídos com a nova casa), e como consequência houve maiores necessidades de serviços.

A política da habitação terá de ser um instrumento da política urbana, ou seja, o que se resolve para certos grupos sociais deve, pelo mesmo ato de desenho, contribuir para a melhoria do serviço urbano e não ficar parasitário em relação á cidade.

Quantitativamente, as realizações de habitação «económica» (nome que designa timidamente o que seria «não-especulativa» ou «anti especulativa») dificilmente poderão ter expressão maioritária. Através de medidas urbanísticas (politica de terrenos) e administrativas (de financiamento, fiscais ou de standards) tenderá a desaparecer o atual abismo económico e social entre «não-especulativo» e «especulativo», que mostra como um sector recai inteiramente sobre a coletividade e outro floresce á sua custa, á custa das suas necessidades (procura) e da sua passividade (vontade).

Vivemos ainda uma fase com o seu quê de demagogia, talvez proporcional à penúria, em que, para a própria opinião publica tudo se reduz a conseguir casa, escola, mercado, transportes ainda quando á custa do desfazer sucessivo dos sistemas de estreitas inter-relações entre esses pontos e ainda outros, como os locais de trabalhos e recreio que a cidade tradicional, não planeada, parecia satisfazer e que nas novas realizações planeadas, mas não vividas escasseia.

Assim, contextualiza-se a habitação «social» domina a cidade através da ação cooperativa, condicionamentos do mercado, etc. Considera-se necessário abandonar a ótica dos «bairros», de resultados desastrosos, e repô-los na via da vitalização da cidade-região, isto é, formando-se a partir das estruturas direcionais de vida e transportes, para que desde logo beneficiem do seu serviço sem o recurso aos «centros de aldeia» mais ou menos implantados no respetivo centro geométrico, mais ou menos isolados e agonizantes - ou mais realisticamente, nem sequer constituídos. (Que aconteceria se uma entidade do governo local desejasse, como devia, dar igual direito de participação citadina a todos os grupos dispersos pelo território ou pôr em marcha um eficaz sistema de transporte que maximizasse a «acessibilidade» dos diversos pontos de concentração dos habitantes).

O impulso á renovação da habitação desdobrar-se-á, pelo menos, em operações de renovação urbana, de melhoramento ou a eventual substituição de casas vetustas, em princípio sem alteração profunda da morfologia urbana, operações de expansão urbana, ordenando melhores serviços de transportes (e note-se que neste sistema deixaria de ser necessária a fábrica junto do bairro e, ainda menos o servilismo dos bairros junto a fábricas); operações ainda reduzidas á pura instalação de serviços.

A possibilidade de partir para a estrutura na base de um grau zero que tornasse possível a obra na improvisação, exigia a reformulação de toda uma morfologia geométrica da perpendicular que vigorava desde muito cedo na história da construção, e cuja utilização expandia-se para a arquitetura, pintura e escultura pelo facto de serem formas autossuficientes e que facilitavam a simetria, a sua memorização e a extensibilidade da composição. Abolir a forma, ou pelo menos não partir dela para a formação do objeito, significava acima de tudo abandonar a racionalidade na sua construção.

Daí que o percurso de introdução do minimalismo tenha acabado por tornar o artista defensor de uma posição racional e ideologicamente indeterminada, onde o que

acontece é efeito do acaso, dos movimentos do seu corpo através do tempo no espaço da obra, onde as matérias são deixadas a atuar e a criar as Ilustrações do desconhecido, do caos, e do incontrolável. A forma pura e geométrica era o ponto de chegada de uma longa estratégia de redução, cujo alvo principal se antevia na eliminação do conteúdo, na tentativa sublime de fazer diluir na questão do meio e das qualidades físicas da obra as preocupações da estética. Sem, no entanto, confundir o artista com a obra ou reduzir o minimalismo – sobretudo arquitetónico – à simplicidade.

Se levarmos em conta o que Derrida afirmou, a representação passa a ser concebida no pós-modernismo como 'algo que toma o lugar de', como um "suplemento" da natureza, da coisa ela própria. Mas o gesto que requisita essa natureza (física e industrial, no nosso caso) parece querer desembaraçar-se dessa lógica para cunhar o próprio real de esteticismo, ou ainda, para cunhar a arte com o sublime com que o modernismo sempre a dissociara.

Talvez um dos mais emblemáticos representantes do minimalismo enquanto representação da Natureza, Tadao Ando tornou-se um marco na história da arquitetura. A sua interpretação da estética japonesa temperada pela sua versão da Natureza, criou estruturas que espelham uma forte carga filosófica, ideias convertidas em locais onde o Homem pode habitar ou que pode visitar. «A arquitetura deve construir com formas simples e materiais severos um espaço que seja capaz de desvendar a matéria em que é tecido o tempo», assim define Francisco Asensio Cerver na sua obra La Arquitetura del Minimalismo Tadao Ando, a propósito do Pavilhão de Conferências da Fábrica Vitra, na Alemanha. E porque a obra, para o arquiteto nipónico, é a soma do que persiste, do que ocorre e do homem que o percecione, aproxima-se de escultores minimalistas como Judd.

Ilustração 19 – Vitra Haus (Facool, 2012)

A utilização da geometria pura – quadrados, círculos ou partes destes – serve para contrapor a lógica da arquitetura à lógica da Natureza, e dessa forma, entender a Natureza. Perde-se algo quando em contacto com o elemento arquitetónico, o natural torna-se abstrato e expressa-se através de símbolos: a Natureza converte-se em sol, água, céu.

Na opinião de Tadao Ando, são três os fatores necessários à criação de um projeto arquitetónico: um material autêntico, com personalidade, como o concreto ou a madeira sem pintura; a geometria pura, base ou estrutura que enriquece com presença um trabalho arquitetónico; e a Natureza, não a selvagem, mas a ordenada pela intervenção humana. «Círculos e quadrados simples estão na base da minha arquitetura. […]. O resultado é a transformação da arquitetura em algo extremamente abstrato, construído com base na geometria rigorosa, na procura dos caminhos do corpo humano. O que torna possível a transformação é a qualidade labiríntica de cada obra», defende este arquiteto em Representação e Abstração: a Arquitetura de Hoje.

Ilustração 20 - Tandao Ando, Tóquio (Open buildings, 2016)

Junta-se assim a arquitetura de percursos com a «modulação dos edifícios» para, através de sistemas de canalização de movimentos, assegurar aquela continuidade e unidade que parecem ainda indispensáveis ao conceito formal de qualidade citadina.

Acrescenta-se de passagem, que esta conceção de ordem formal nos vastos espaços da região tem sido rigorosamente denunciada como retórica vazia de sentido, senão meso totalitária, por sociólogos como Weber, Gans e outros defensores da cidade espontânea, não concentrada, de planeamento apenas local.

Ao nível nacional, o surgimento de legislação relativa ao Regime Excecional de Reabilitação Urbana para determinadas zonas históricas e criticas, foi criada a partir do Decreto-lei nº 104/2004, de 7 de maio, e através da definição de unidades de intervenção.

A intervenção do património urbano em Portugal inclui diversos conceitos, nomeadamente, a regeneração, a renovação, a reabilitação, a recuperação. A memória produz uma identidade, embora se considere que a cidade é uma construção no espaço e no tempo, onde a perceção individual é integral e fragmentada sujeita a vivências e memórias.

A memória produz identidade, e a imagem mental e a imaginabilidade da forma urbana, são fruto da legibilidade.

Impulsionados em parte por incentivos governamentais e pelo interesse em espaços públicos, muitos espaços híbridos integram a esfera pública, adicionando a superfície da cidade à sua estruturação ou verticalmente distribuindo praças elevadas, jardins ou Galerias. De forma, tanto o espaço público como a paisagem unem-se ao restante espaço urbano (unindo as partes, criando uma leitura hibrida do todo).

Tal é o caso do projeto de Office DA Kuwait sports Shootting Club, onde uma "landscape" articula os múltiplos programas e espaços públicos.

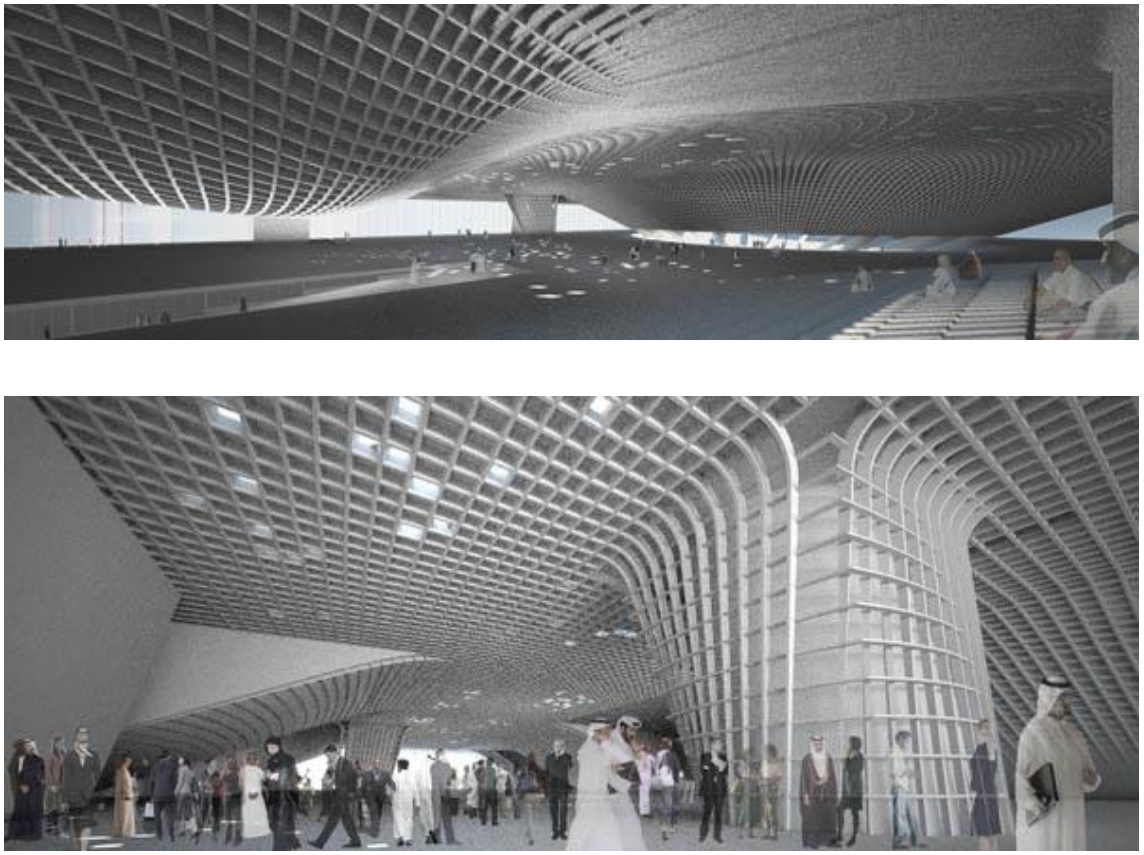

Ilustração 21 - Shooting Club Kuwait (Office dA, 2014)

Este projeto faz parte de uma inspeção rigorosa da evolução das condições culturais próprias do Médio Oriente, nomeadamente, do Kuwait. Por isso, demonstra uma associação de uma cultura rica da sua própria história e religião com a sociedade moderna que tornou urbanizada no século XX.

Outros exemplos, baseiam-se numa matriz conectada á paisagem de volumes construídos e espaços vazios, como o projeto Moussaca, em Atenas (de JDS Arquitectos), o Asana, em Bergen (de Transform).

Ilustração 22 - projeto Moussaca, em Atenas (Smedth, 2008)

A dualidade do conceito arquitetónico enfatiza a dualidade funcional inicial: um prédio para armazenamento de grãos e um componente de uma rede de transportes.

Ilustração 23 - edifício Scala BIG em Copenhaga (Big, 2008)

O edifício *Scala BIG* em Copenhaga, apresenta uma crítica aos exteriores muros das torres monolíticas, e funde a sua fachada com a rua e a praça adjacente mediante o a traça da fachada, que converte a pele do edifício em espaço publico.

A evolução dos edifícios híbridos e as condições possíveis para que existam, tem-se desenvolvido na constante renegociação e evolução do espaço público em relação à cidade, desde a cidade antiga, e passando pelo formalismo dos espaços públicos da cidade metrópole. Em alguns casos esta evolução coincide com a escassez do loco, o aumento do preço e a necessidade de implementar nos centros urbanos novos modelos de uso do terreno, em associação com os programas tradicionais incompatíveis.

A intensificação que acredita na combinação de “usos”, assim como o misto entre as funções públicas e privadas e a integração do espaço urbano circundante aos novos edifícios, facilita a reintrodução da vida citadina nestes centros baldios. Contrariando os modelos funcionalistas, esta visão considera que a complexidade de uma cidade contemporânea possibilita a existência da condição híbrida, não só a nível macro programático, agrupando distintos organismos, mas em toda a sua progressão desde os espaços individuais até á escala urbana.

4.2. METAPOLIZAÇÃO: AS CIDADES MUDAM DE ESCALA E FORMA

Ilustração 24 – Park royal em Singapura, metapolização das cidades (Woha, 2010)

Através da globalização, as formas de desenvolvimento espacial dirigem-se para a metropolização de Ascher. De acordo com o autor, as metrópoles apresentam diferenças significativas em relação às cidades mais pequenas pelo seu grau de complexidade, a sua população residente, a sua heterogeneidade e intensidade de vida urbana (Ascher, 2001, p. 62). Neste contexto, a diferença entre o centro e a periferia é pouco clara, existem diferentes núcleos principais e secundários, fazendo com que se dê uma centralidade urbana que enfraquece a subordinação de um centro urbano definido.

De salientar que, a revolução industrial na Europa contribuiu para a existência de novas formas de arquitetura nos tecidos urbanos de origem medieval. A globalização e as

novas tecnologias confluíram para um paralelismo especifico descrito por Josep Martorell, para demonstrar o grau de transformação física e o grau de desenvolvimento não-físico que a sociedade atualmente projeta nas cidades. É notório, que a cidade atual representa muito mais do que os edifícios, pois para além do construído está o interconectado, ou seja, os transportes, as vias, os movimentos logísticos de mercadorias e os espaços virtuais de comunicação (Heynen, 1989).

A este aspeto, refere-se a importância da obra de Zygmunt Bauman que deu enfase ao termo “fluidez” como metáfora para a era moderna. De acordo com o autor, o próprio liquido representa a capacidade de manter a forma da cidade por bastante tempo, em decorrência dos fluxos que se formam sob pressão. Esta transformação reflete-se na ocupação do espaço, e os sólidos como dimensões espaciais estáticas que não se alteram com o tempo[5].

Existe assim, uma divergência entre o espaço e o tempo, ou seja, “os sólidos suprimem o tempo para os líquidos, e ao contrário, o tempo é o que importa, pois, ao descrever os sólidos, podemos ignorar o tempo […]” (Bauman, 2000, p. 9).

Atualmente, as novas dimensões espaciais e organizacionais das cidades, à sua complexidade e diversos tempos de construção, identificam uma característica marcante, a diversidade que requer maior trabalho de escalas. Ou seja, significa identificar as diferenças entre ambas e delimitá-las através das regras de estruturação territorial. (Dematteis et al., 1998)

4.3. LOGÍSTICA URBANA: NÚCLEOS QUE COMPETEM NA CIDADE

O aumento da densidade populacional das grandes cidades europeias, e como resultado os consumos de bens e serviços gera uma enorme movimentação de cargas. Ao nível nacional, Lisboa não é exceção, pois vê-se impossibilitada de reformular toda a sua infraestrutura viária para poder acompanhar o crescimento do volume de tráfego gerado pelos veículos de transporte de cargas ou de pessoas.

Ora, são estes aspetos que geram uma pressão sobre o tecido urbano consolidado, originando grandes conflitos com as funções da cidade e por conseguinte, aos impactos negativos de ordem socioeconómica e ambiental. Perante este problema, cada vez mais

[5] 1 Alusão à expressão de Zigmunt Bauman: Modernidade líquida

existe a necessidade de formulação de novas políticas que gerem uma arquitetura mais sustentável.

Valores de respeito, preservação e valorização da Natureza têm hoje que ser considerados como fulcrais no desenho de uma arquitetura mais sustentável. Começa a emergir uma forte corrente ambientalista em defesa da natureza, por alturas do final da década de 60, início da de 70, que considerava essencial, para o bem-estar e sobrevivência humana, a convivência em harmonia com a natureza.

Como defendia Frank Lloyd Wright, «procurar tornar um edifício tão orgânico e sereno quanto o que teria sido a Natureza no seu lugar, se para isso tivesse tido oportunidade». Já nos anos 70 vários arquitetos tinham explorado projetos alternativos, incluindo estratégias de desenho solar para autossuficiência energética e integrando áreas de cultivo para um fornecimento sustentável de alimentos no desenho da habitação. A crise do petróleo da década de 70 ajudou a dar razão a estes novos conceitos emergentes, alargando esta problemática à até então alienada esfera económica e política, iniciando-se a discussão em torno da poupança de energia. Ao mesmo tempo, começa a despontar a consciência social acerca da fragilidade do planeta Terra e a palavra ecologia passa a ser um termo vulgarizado.

A discussão ambientalista atingiu também a indústria da construção, primeiro ao nível da energia gasta na fase de utilização dos edifícios e, mais tarde, em relação ao nível da energia necessária à produção dos elementos construtivos. Nas últimas décadas, manteve-se o debate sobre os elevados índices de emissões poluentes, a escassez de recursos naturais e os desequilíbrios daí resultantes. Nos países mais desenvolvidos, as preocupações ambientais e ecológicas revelaram que certos materiais e tecnologias construtivas utilizados, como, por exemplo, o betão armado, causam grandes assimetrias no meio ambiente – a quantidade de recursos naturais necessários a estas tecnologias e a uma indústria da construção em crescimento exponencial, não é compatível com a sua capacidade de autorregeneração.

Com a evolução da investigação científica, assistiu-se ao aparecimento de novas tecnologias construtivas mais compatíveis com o equilíbrio ambiental e ao ressurgimento de tecnologias utilizadas já há muitos milhares de anos – abandonadas na maior parte do globo – como a taipa e o adobe. Louis Khan foi um dos arquitetos cujas suas obras podem ser inseridas no moderno regional, caracterização de um estilo

que procura, antes de mais, adaptar a obra ao local a que se destina, nomeadamente através da utilização de materiais presentes. A conjunção da especificidade local com a prática moderna internacional aliada a um grande conhecimento das técnicas construtivas (tijolo maciço, betão, madeira, pedra natural) torna Khan um dos precursores da arquitetura Bioclimática. Como exemplo, Edifícios emissão zero. São edifícios que requerem baixos consumos de energia para operarem, sem emissões de gases nocivos para a atmosfera (GEE), e cuja produção de energia limpa renovável iguala ou supera a energia consumida pelos seus utilizadores. Inserem-se na procura por soluções para enfrentar os desafios globais relacionados com a escassez de recursos e as mudanças climáticas, na convicção de que a redução da necessidade por energia pode ser mais rentável do que o aumento do sistema de abastecimento de energia – 1 kWh economizado equivale a pelo menos 2 kWh produzidos – e, por isso, é necessário tornar os edifícios mais eficientes energeticamente e usar maior quantidade de energias renováveis.

Ilustração 25 - O Sohrabji (The Archi Blog - WordPress.)

Promover um urbanismo sustentável passa por melhorar os projetos em termos de eficiência energética, diminuindo as suas necessidades em iluminação, ventilação e climatização artificiais; pela substituição do consumo de energia convencional por energia renovável, não poluente e gratuita; e por utilizar materiais locais, preferencialmente de fontes renováveis ou com possibilidade de reutilização que minimizem o impacto ambiental (como extração, gastos de energia, consumo de água na sua extração, aspetos de saúde, emissões poluentes etc.). A construção sustentável pode ainda adotar incorporar sistemas de tratamento de resíduos orgânicos, sistemas de reaproveitamento de água e outros.

4.4. FRENTES MARÍTIMAS

O valor estético da paisagem urbana e em particular das frentes ribeirinhas constitui um tema bastante apelativo e motivador para intervenções de vários tipos na requalificação destas áreas. Estas intervenções, em geral, sociais, estéticas, económicas ou ambientais procuram a valorização paisagística e promoção da mesma.

A reabilitação de rios, cursos de água, zonas portuárias e costeiras é uma preocupação crescente e que surge com naturalidade na defesa da melhoria do estado de conservação ecológico das frentes marítimas, com presença científica, técnico-científica visando as orientações e normas europeias da Diretiva Quadro da Água. Estas medidas têm em atenção a melhoria da qualidade visual da paisagem remetendo para o reconhecimento da importância dos rios e sistemas fluviais como corredores ecológicos.

De salientar que, a ocupação das frentes de água nas cidades portuárias sempre foi considerada pela influência das atividades que eram efetuadas nos portos. Embora, tenha havido algumas alterações ao longo dos anos, nas infraestruturas e como resultado na relação cidade-porto. Estas transformações ocorreram devido ao desenvolvimento económico e tecnológico de escala global, em associação com a necessidade local de cada vez maior eficiência logística. Ou seja, a maior parte das cidades portuárias é marca ainda nos dias de hoje, pela passagem de uma era industrial para uma era pós-industrial, que deu origem a espaços portuários abandonados e obsoletos, abandonados e desvinculados das cidades. Como é o caso do porto de Leixões.

Ilustração 26 - Terminal e Porto de Leixões (Sanindusa, 2013)

O porto de Leixões é maior infraestrutura portuária da Região Norte de Portugal. Apresenta 5 km de cais, 55 hectares de terraplenos e 120 hectares de área molhada. O porto dispõe de boas acessibilidades, ao nível marítimo, rodoviário e ferroviário, bem como de modernos equipamentos e sistemas informáticos avançados de gestão de navios.

O Porto de Leixões representa cerca de 25% do comércio internacional português e, movimenta cerca de 14 milhões de toneladas de mercadorias por ano, por isso mesmo, é um dos portos mais competitivos e polivalentes do país, já que passam por Leixões mais de três mil navios por ano e todo o tipo de cargas, das quais se destaca essencialmente, têxteis, granitos, vinhos, madeira, automóveis, cereais, contentores, sucata, ferro, aço e álcool.

Existe assim, a necessidade de requalificar as frentes de água e ao mesmo tempo, poder gerir a integração de atividades portuárias excedentes no contexto urbano.

As preocupações atuais relativamente á requalificação urbana dirigido às frentes marítimas, fluviais e costeiras, resulta nas normativas e de programas destinados á reabilitação dos sistemas fluviais e na qualidade da água da cidade - rio.

A partir do seculo XX, o grande desenvolvimento de políticas de enquadramento ambiental e transformações nas cidades, nas regiões e no pensamento comum promoveu estratégias, sinergias, e agendas de requalificação urbana.

Esta atitude tem vindo a provocar noutras cidades, o despertar de consciência e o reconhecimento da necessidade de um bom planeamento e estrutura ambiental. É necessário reconhecer nas frentes ribeirinhas, oportunidades para projetos de intervenção e de integração de equipamentos e infraestruturas que dinamizem a vivência em espaços públicos que outrora estavam degradados e obsoletos. Algumas intervenções profundas em zonas puramente levadas ao abandono e descaracterizadas, tiveram ótimos resultados, como foi o caso de cidades europeias e norte americanas, agora, fortemente caracterizadas por essa expansão e requalificação (ex: Londres, Barcelona, Génova, São Francisco, Boston, Nova Iorque e Lisboa - EXPO' 98).

Por outro lado, o desenvolvimento de programas de reabilitação fluvial constitui um imperativo programático em vários países no que diz respeito a aspetos biofísicos e ecológicos bem como também a aspetos sociais, institucionais e económicos, requerendo recursos, lideranças e consensos bem como o envolvimento dos cidadãos que é essencial para o sucesso deste género de intervenções.

Para além do reconhecimento dos valores e benefício associados ao binómio cidade-rio, traz-nos crescentes e preocupantes problemas, de âmbito ambiental e de ordenamento territorial, com impactos cuja magnitude tem refletido a tendência crescente da expansão urbana. Questões como o aumento do abastecimento de água, a recolha e tratamento de águas residuais, a degradação da qualidade da água e dos habitats ribeirinhos, a impermeabilização crescente dos solos e o aumento dos riscos de cheias e inundações, são problemas que assumem uma grande importância e complexidade. A sua integração na gestão urbana articula-se com o planeamento urbanístico e das infraestruturas, requerendo visões integradoras entre estes sectores.

A concentração de usos intensivos e poluidores, nomeadamente em zonas industriais, portuárias e outras, nas margens de rios e frentes de água, acentuou-se, a partir da Revolução Industrial, devido a fatores como a disponibilidade de água, as facilidades de comunicações e transportes fluviais e marítimos e a receção de efluentes, conduzindo á contaminação dos solos e da água, á densificação de usos monofuncionais e poluentes e ao progressivo afastamento das atividades mais emblemáticas da cidade, mantendo, nalguns casos, uma localização central, mas esvaziada de atividades que contribuem para a centralidade urbana. A obsolescência desses usos e das atividades económicas que lhe estavam ligadas determinou, em muitos casos, o seu abandono e progressiva degradação, conduzindo a situações hoje designadas por brownfields.

4.5. CIDADES DENTRO DE CIDADES

Impulsionado pelo ritmo de construção no medio oriente e na região asia-Pacifico, as grandes construções localizadas na envolvente dos centros urbanos acolhem em si um elevado e diversificado número de usos/funções, transformando-as em unidades autossuficientes e respondendo, assim, á localização deslocada. A necessidade de introduzir a diversidade existente numa cidade, converte-os em microrganismos ou edifícios-cidade. Ainda mais quando o território envolvente é um meio hostil, como um

deserto, estes edifícios proporcionam um espaço protegido aos seus habitantes, tal como o papel desempenhado pelas muralhas nas cidades antigas.

Existem numerosos exemplos teóricos de cidades hibridas, como Hyperbuilding de OMA, e as utopias como Sky City 100 em Tenaka Corporation, uma estrutura de 1.000 metros de altura que seriam habitados por 135.000 pessoas.

Ilustração 27 - Hyperbuildings de OMA (Oma, 2015)

Ilustração 28 - híbridos de steven holl em Shenzen e Pequim, (ArchDaily, 2011)

Este projeto tem como finalidade combater os desenvolvimentos urbanos atuais na China através da criação de um novo espaço urbano porosa século XXI, convidativo e aberto ao público de todos os lados. Espaço público urbano fílmico; ao redor, ao longo e através de camadas espaciais multifacetados, bem como as muitas passagens por meio do projeto, formando uma "cidade aberta dentro da cidade". O projeto promove relações interativas e incentiva encontros nos espaços públicos que variam de comercial, residencial e educacional para recreio. Todo o complexo é um espaço urbano tridimensional em que os edifícios no chão, debaixo da terra e sobre a terra são fundidos. As suas passagens garantem um micro-urbanismo de pequena escala. As lojas ativam o espaço urbano em torno do grande lago refletido.

Uma das consequências dos edifícios em grande altura é sem dúvida a complexidade da sua estrutura, aerodinâmica e infraestrutura que requerem o serviço e acesso de todo o pessoal. Uma torre única exige, portanto, uma quantidade maior de elevadores e mais rápidos, maiores áreas para serviços e mais importante, uma estrutura maior e suficiente para as sustentar.

Por este motivo, os núcleos estruturais que se requerem, consomem cada vez mais espaço, basta fazer com que os projetos são economicamente viáveis. Uma solução para este problema consiste na deformação do núcleo estrutural e da pele exterior do edifício com o fim de triangular as cargas/forças.

4.6. A CIDADE COMO PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO

Cada intervenção, cada gesto, cada decisão das nossas vidas resulta de uma escolha entre lembrar e esquecer, entre aquilo que queremos preservar connosco e, eventualmente, legar às gerações seguintes e tudo aquilo que optamos por enterrar, consciente ou inconscientemente. Estas marcas que produzimos e, posteriormente, apagamos ou deixamos ficar são sinais da nossa sobrevivência, rastos deixados pelos nossos gestos no repetido esforço de nos mantermos vivos, de alimentarmos os nossos filhos. Marcas que se sobrepõem no mundo dia após dia, ano após ano, geração após geração (Amin et al., 2008).

Ao transformar o mundo, o homem constrói a paisagem, precisamente em ações de sobreposição de sinais que se anulam, reforçam, contradizem uns aos outros na interminável sucessão de obstáculos á nossa sobrevivência e de respostas para urgentemente os contornar. Cada momento tem os seus problemas urgentes e o mundo (re) desenha-se para os resolver. Frequentemente os problemas urgentes de uma geração não têm qualquer sentido para outra, frequentemente porque se conseguem resolver, mas, também frequentemente porque não eram problemas. Outras vezes as situações perpetuam-se e as aparentes soluções ou as sucessivas tentativas de resolução, deixam sinais, que rapidamente, são elas próprias um problema para as gerações seguintes (Costa, 2008).

A paisagem pode, neste contexto, ser entendida como um grupo de marcas deixadas no território por diversas comunidades que o compartilham, enquanto suporte individual ou coletivo de sobrevivência, sobreposto às marcas da génese do próprio território e, às deixadas pelas transformações a que é alheia a comunidade viva.

Paisagem pressupõe-se como o complexo sistema de relações a que tais marcas correspondem enquanto manifestações percetíveis da vida, enquanto sinais que codificam relações desenvolvidas entre indivíduos da mesma comunidade, entre indivíduos de comunidades diferentes, entre comunidades diferentes, coletivamente, e entre todos e o território (Costa et al., 2007)

A problemática da transformação recente dos *waterfontes urbanos* tem alimentado diversos estudos e ensaios multidisciplinares nos mais diversos contextos culturais e geográficos. Na verdade, nesta era de globalização económica e pós-industrialização, os efeitos da transformação logística ou da obsolescência funcional da maioria das atividades económicas fixadas em frentes de água - portos comerciais, complexos industriais pesados, terminais ferroviários ou aeroportuários - fazem-se sentir um pouco por todo o lado, constituindo um dos fenómenos generalizados mais interessantes para o estudo comparativo dos conceitos e dos instrumentos do projeto e da gestão urbanística contemporânea, no que diz respeito á renovação das cidades (Costa et al., 2008).

5. CASOS PRÁTICOS

Com base nos diversos planos de políticas urbanas, as especificidades locais são encaradas cada vez mais como vantagens competitivas e mesmo como recursos económicos (Costa, 1999). Em algumas cidades existem graves problemas de erosão do tecido económico acompanhado de perda de competitividade.

É através da dimensão das políticas locais de cada país que se encontra as bases de intensificação de processos do património. Nos seus aspetos simbólico e representacional, é importante destacar o potencial competitivo das cidades, o espirito do lugar e os símbolos que o representam. De destacar que, as cidades ao conquistarem um lugar de prestigio, afirmam-se como atores da competição, por utilizarem os recursos na sua transformação de identidade e, do património que dispõem.

Por outro lado, a intervenção cada vez maior das cidades demonstra que a competitividade está enraizada e, que através do seu património pode mudar o rumo da utilização de diversos monumento e elementos arquitetónicos.

A escolha dos três estudos de caso, deveu-se ao facto de serem grandes potenciais para constituírem elementos de uma cidade do século XXI. Dito de outro modo, o contexto urbano em que estes três casos estão inseridos, denotam uma clara necessidade de análise e concetualização, bem como de atender aos diversos fatores que estão presentes. Através da abordagem, a perceção e a consequente apropriação de um espaço dependem das características formais e criadoras de significados socioculturais.

A maior parte dos pressupostos ecológicos, em associação com as componentes socioculturais, estão integrados na forma do lugar, que constitui a base para a vida coletiva e, serve de condicionante da sustentabilidade dos espaços públicos. Assim, a complementaridade destas duas componentes permite a constituição das relações entre o homem e o ambiente, as relações entre as pessoas, permitindo assim, desenvolver a criação da identidade de um espaço.

É por isso importante e necessário, recorrer a estratégicas capazes de recuperar a sensação de pertença sobre o espaço, garantir o conforto entre os vários sistemas e, permitir a apropriação do espaço.

Ao recorrer à ativação de determinados locais já obsoletos, enquanto estratégica, pretende-se assim, quebrar a fragmentação entre os lugares, embora nunca abdicando das especificidades já existentes, mas estimular um conceito sustentável de existência.

5.1. BARCELONA - CERDÁ

A cidade de Barcelona nasce fruto da cultura catalã. É uma cidade a nordeste da Península Ibérica assente numa identidade coletiva muito própria, diversificada e cosmopolita. Esta, por várias ocasiões teve de ser pensada e planeada devido a acontecimentos históricos que a marcaram nomeadamente por confrontos, guerras e pela própria ditadura (como é o caso dos bombardeamentos do séc. XIX, a Semana Trágica, a guerra civil, a ditadura etc.) mas que por cada adversidade que sofreu no seu passado histórico, provou ser determinada na sua busca pela reestruturação.

Nestas inúmeras ocasiões de situações adversas, houve a necessidade de tomar medidas devido ao sobressalto da crise industrial induzida pela crise do petróleo de 1973 com o abandono e o fecho de diversas indústrias frente-ribeirinhas que obrigou a um reajustamento, utilizando a área dessas fábricas obsoletas para requalificar a frente litoral.

Barcelona detém uma grande força interior que surge na vontade em afirmar-se perante todas as outras cidades, de ultrapassar barreiras e os seus próprios limites físicos. Esta é detentora de uma enorme coesão interna com uma cultura local preponderante naquela que se define como capital da Catalunha.

Em relação a outras cidades, Barcelona tem nota máxima no expoente arquitetónico. Na cultura urbanística, Cerdá e Gaudi são exemplos díspares e polémicos, mas ao mesmo tempo estes, criam e desenham a cidade no seu todo. O desenho e o traçado rigoroso que está presente em cada quarteirão e em cada avenida é a forma construída do pensamento, do planeamento e da crítica que foi sofrendo ao longo da sua reestruturação.

"O forte crescimento económico e cultural da Catalunha proporcionou, nos meados do século XIX, a realização de um plano de expansão da capital que absorveu e ordenou as energias económicas, demográficas e sociais. É assim que o Município de Barcelona destrói as muralhas que envolvem o núcleo medieval, ao que se seguem as decisões de organizar a expansão. Depois de algumas propostas apresentadas por outros arquitetos, Ildefonso Cerdá é encarregado pelo rei da execução de um plano de expansão para Barcelona (o ensanche).

Aprovado por ordem real em 1859, o plano de Cerdá é imposto com autoridade ao município e consegue organizar a expansão até aos princípios do século XX, moldando a imagem que ainda hoje temos de Barcelona.

Cerdá, aborda duas novas ordens de problemas: a organização da grande expansão - «o ensanche» - e a investigação sobre a quadrícula e do quarteirão.

Ilustração 29 - Plano de Ildefonso Cerdá e Suñer (Cerda, 1985)

Nota: A proposta de Cerdà para a cidade de Barcelona, foi aprovada inicialmente em 1859, e apresenta uma intervenção completamente diferente. Os dois traçados urbanísticos básicos na época, a quadrícula e o radial – neste caso o segundo subordinado ao primeiro – eram sintetizados em um grande retângulo de sessenta por vinte módulos, localizado no espaço livre deixado entre a cidade medieval amuralhada e os povoados vizinhos e cortado por duas diagonais.

Completa o plano a 'Teoria General de la Urbanización' – onde Cerdá expõe a sua metodologia, pensamento urbanístico e preocupações de caracter sociológico. Cerdá será o «primeiro urbanista» no sentido moderno do termo, na medida em que

consegue coordenar os aspetos espaciais e físicos com preocupações funcionais, sociológicas, económicas e administrativos, tratando pela primeira vez a cidade como um organismo complexo e integrador de vários sistemas.

O plano desenha uma grelha ortogonal, com módulos ou quarteirões de 113 metros de lado e vias de 20 metros de perfil de tal modo que cada conjunto de nove quarteirões e vias correspondentes se inscrevem num quadrado de 400 metros de lado. O sistema é cortado por diagonais que confluem numa grande praça. A quadricula regular estende-se até aos municípios vizinhos e envolve a velha cidade medieval, como se esta fosse um corpo distinto, rasgado por três artérias que dão continuidade aos eixos da *ensanche.*

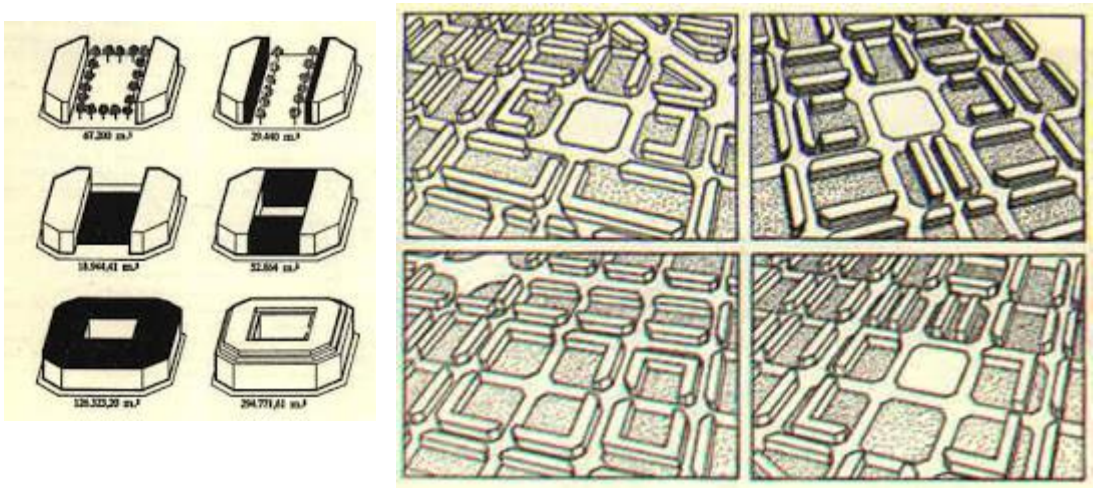

Ilustração 30 - grelha ortogonal (Cerda)

Nota: As diagonais são desenhadas sobrepondo-se ao plano quadriculado e fazendo surgir quarteirões irregulares e outros largos ou praças (Gardens of my Life, Plano Cerdá)

Preparado para 800 000 habitantes, o plano de Barcelona contém uma escala pouco vulgar na Europa do século XIX. Aproxima-se mais das grandes expansões americanas da mesma época; como Nova Iorque e Filadélfia, em que os planos organização a rápida expansão, a construção das infraestruturas, o loteamento e a divisão fundiária, bem como o investimento económico nas novas construções.

É na malha quadriculada que o plano apresenta as mais importantes inovações: Cerdá rompe com o sistema tradicional da construção continua na periferia das quadras: é no interior destas que, de modo ordenado pelas vias, se vão dispor os edifícios."

"[…] a quadricula é suporte geométrico para um «jogo combinatório» de composição urbana. As peças do jogo – edifícios e equipamentos – podem-se dispor nesse tabuleiro segundo formas múltiplas, ou «lances» diferenciados" (Lamas, 1993, p. 217-218).

Ilustração 31 - Planta morfológica da cidade de Barcelona (Carneiro, 2007)

Nestes últimos anos, tem existido um grande acompanhamento no crescimento e análise da cidade por vários arquitetos (nomeadamente por Acebillo, Bru, Miralles, Beth Galí, Elias Torres, Oriol, Bochigas, Oscar Tusquets, Solà Morales, Clotet, Capella, Brullet, Boffil... e tantos outros que pensam e repensam toda esta conjuntura complexa e de enorme crescendo) e também grupos ou ateliers convidados de todo o mundo para acompanhar toda esta árdua tarefa intelectual como é o caso de Richard Rogers, Zaha Hadid, Jean Nouvel, Gehry, Perrault, Ito.

Em Barcelona, o campo de ação da urbe é sem dúvida o mais visível e explícito no que toca á aplicação de políticas urbanísticas, esta não responde a um simples ato mas sim a um misto de aspetos multidisciplinares fundamentais como principio consolidador de propostas e objetivos que definem uma cidade do séc. XXI.

A cidade do séc. XXI é um espaço de convivência com critérios de sustentabilidade, é uma com ilustração compacta definida por camadas de infraestruturas e redes de serviços que proporcionam o bem-estar comum apoiada de espaços públicos de alta qualidade. Este modelo para além de respeitar e ter o cidadão como ponto de partida

para o seu desenvolvimento e expansão não pode descurar a primazia da sua envolvente; terá de fazer sempre certos ajustamentos para proteger o seu próprio ecossistema e manter um ciclo de vida saudável entre estruturas edificadas e biodiversidade.

Os princípios defendidos estão em marcha em Barcelona, toda a malha desenvolvida está assente em planos verdes estratégicos que são delimitados por diversos tipos de equipamentos de apoio á cidade.

Ex: A revitalização da Frente Litoral - Besòs na área do Fórum; a chegada do comboio de alta velocidade e a construção da estação da Sagrera e de toda a envolvente; ampliação da zona portuária e do Aeroporto com espaços verdes, etc.

O Fórum situa-se no final da Avenida Diagonal e representa a continuidade urbana implícita na zona metropolitana, é então, que surge um eco parque de carácter adaptativo ao lugar, este, provoca uma política de vivências e comunhão que respeita a mobilidade, a corporação e a solidariedade entre os cidadãos.

Cada pessoa, indivíduo, cidadão participa nas decisões e nas políticas de melhoramento da cidade de Barcelona. A qualidade de vida é subjetiva, esta é partilhada por um todo, por uma identidade e pela própria cultura. As opções tomadas são o indicador do grau de satisfação e mostra o real valor da cidadania implementada. A participação nos direitos comuns é um objetivo prioritário nas políticas de reequilíbrio territorial, económico e social da cidade no início do terceiro milénio. Todos os cidadãos estão devidamente informados e são dotados de opinião crítica durante abordagens a planos e projetos urbanísticos.

Em 1980, acontecem as primeiras intervenções em jardins, praças, estradas que têm sido permanentes desde á mais de 25 anos… o que a nível mundial constitui um marco significativo que deve ter o respeito por todas as outras cidades. Este é um autêntico laboratório de desenho urbano que está em permanente organização e expansão.

Os novos parques da Fachada Litoral, a Ciudadela, Diagonal Mar, Fórum 2004 e a reestruturação dos Tres Turons e da Collserola formam uma estrutura verde estratégica que rompe até ao mar e que melhora significativamente o espaço público barcelonês.

A linha marítima de Barcelona conta com mais de 14 km entre Llobregat e Besós e divide-se em duas partes iguais pela nova entrada da zona portuária. É neste limite que

se encontra toda a atividade industrial (Zona Franca) e os agrupamentos da atividade logística (ZAL, Mercabarna) que contam com enormes infraestruturas de transportes de pessoas, bens e mercadorias (Puerto Industrial e Aeropuerto) que possibilitam o movimento de entrada e saída de produtos de todo o mundo.

Ilustração 32 - Passeio marítimo de Barcelona (Reis, 2012)

Na zona interior da malha de Cerdà, a partir da nova conIlustraçãoção da Gran Vie / Plaza Cerdà / passeio da Zona Franca / Amadeo Torner articulam-se também novos projectos urbanos. Situações como a ampliação do recinto Montjuï, a Ciudad Judicial, a Plaza Europa e Cant Batlló formam um novo polo de residência e atividade económica na área limítrofe de Barcelona com L'Hospitalet. Esta maneira de reinterpretação do lugar gera todo um processo de recuperação e revitalização da cidade. As áreas obsoletas sofrem intervenções de reciclagem que as transformam em zonas de grande atividade económica e administrativa e infraestruturas de redes de transporte; as construções industriais estão a converter-se em edifícios destinados a alojar atividades da nova economia produzindo imagens de uma nova realidade socioeconómica.

É visível também no traçado urbano da cidade, um grande parque linear com o dobro da extensão da Ciudadela construído a partir da antiga área ferroviária que produz um elemento unificador entre o limite terra/mar na relação entre o espaço público da frente marítima com as áreas residenciais de La Mina, sendo que o novo polo universitário - entre a Ronda e a Callet de Taulat – junto ao novo tecido residencial vai formar uma sequência de espaços combinados na nova Rambla de La Mina que regenera por completo a malha deste quarteirão.

A realidade de Barcelona não pode prever concentrações autistas de diversos equipamentos isentos de finalidades utilitárias que não estejam de acordo com as reais necessidades dos seus habitantes. Toda a cidade gera em seu redor um papel preponderante em toda a sua área metropolitana e territorial, esta, é uma referência de bom planeamento urbano e de relação entre limite de terra e mar e deve ser tomada como exemplo a uma escala internacional.

Os projetos propostos para a Catalunha preveem as necessidades imediatas e futuras de toda a matriz da cidade, como se deve comportar em relação a crises de mercado ou ao esgotamento dos recursos energéticos e naturais atuais, deslocalizações dos sectores produtivos, acessos a habitações adequadas, globalização e constantes avanços tecnológicos, etc. Conhecer, compreender e partilhar são as atitudes que melhoram a vivência numa cidade a cada dia que passa e que preservam a qualidade de vida urbana e cultural. A cidade é moldada de acordo com a interação e movimento social dos seus habitantes.

5.2. LAGOS - KOOLHAAS

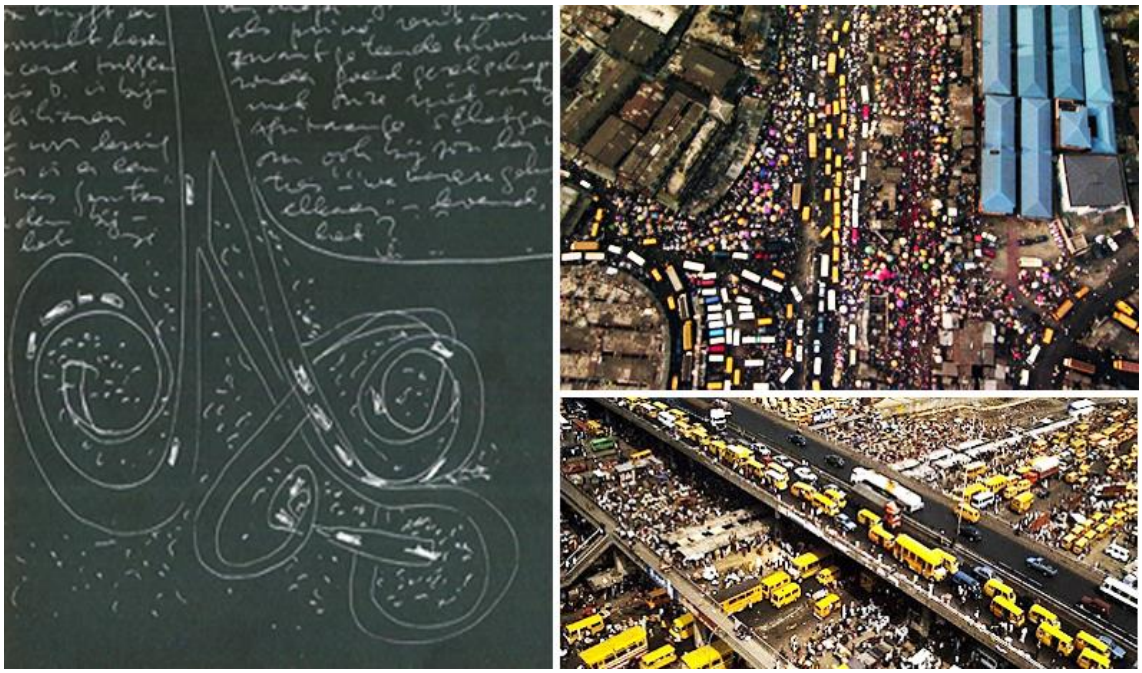

Ilustração 33 – Mutations, Lagos (Koolhaas et al., 2001)

O enigma fundamental de Lagos considerado como o modelo de extremos patológicos das cidades do oeste Africano, a sua existência e produtividade independente da quase completa falta de infraestrutura, sistemas, organização, e outras amenidades que definem a palavra “cidade”, nos termos da metodologia do planeamento Ocidental. Lagos aparece como o ícone da urbanidade do Oeste Africano, inverte cada característica essencial da chamada cidade moderna. Ainda funciona e é assim chamada cidade, por falta de uma palavra melhor para designá-la.

Independente ou não de uma infraestrutura planeada e elaborada tudo acontece. Apesar do autor não conseguir defini-la, considera-se como uma sociedade alternativa, porque na falta de toda esta infraestrutura necessária para as condições mínima e básica de sobrevivência, ainda encontram meios para sobreviverem. O que resta é viver dos restos, e das sobras. E a comercialização acontece porque alguém vai comprar novamente a reciclagem que eles fazem, pois se isto não acontecesse não teriam ninguém mais neste espaço.

A condição urbana de Lagos permite a sobrevivência de mais de 15 milhões de pessoas, expandiu-se, transformou-se e aperfeiçoou-se rapidamente. E devido a esta rápida

transformação, tem-se tentado gerar criticas a sistemas alternativos, redefinindo algumas ideias como:

- Capacidade de transporte;

- Estabilidade, até ordem; e conceitos canónicos no campo do planeamento urbano e ciências sociais.

A operação da Megalópole Lagos, ilustra a grande eficiência de sistemas e agentes considerados marginais, informal ou ilegal, de acordo com o nosso entendimento tradicional de cidade.

Lagos representa uma cidade Africana em vias de se tornar moderna. Ou através de uma linguagem politicamente correta, que esta a tornar-se mais moderna do jeito “Africano”. Ou melhor, poder-se-á referir que Lagos representa um caso de estudo de um modelo extremo de desenvolvimento, de uma cidade que enfrenta a moderna globalização.

Ora, poder-se-á referir que a relação rio-cidade não é estática, pois está dependente de diversos fatores como as mudanças económicas, formas de comunicação e de transporte e o rumo dos processos de expansão urbana.

Esta relação rio-cidade era submetida a mudanças cíclicas, entre a decadência e a degradação por um lado, e a revalorização e revitalização por outro. Observa-se que nas cidades europeias que se localizavam na beira dos rios, outrora esquecidas, houve uma reconfiguração e uma revalorização / revitalização, convertendo as áreas decadentes e degradadas em locais de alta atratividade e focos de desenvolvimento urbano.

A cidade Africana força-nos a rever os nossos conceitos de cidade. O fato de várias cidades do Oeste tenderem para o moderno, estas cidades podem ser vistas como uma mudança visível na cidade de Lagos. Ou seja, sugerir que escrever sobre cidades Africanas, é escrever sobre a condição final de Chicago, Londres, ou Los Angeles. Reexaminar a cidade noutro lugar no mundo em desenvolvimento. A cidade moderna surgirá um modelo para o futuro.

Entende-se que nas histórias das cidades, o que ficou registado de um passado deve sempre fazer-nos refletir, porém os assuntos atuais são bem mais abrangentes e

consequências drásticas para o meio ambiente, para a vida da população, das cidades e do Planeta. Muitos são os conceitos com a necessidade de serem revistos.

O consumo exagerado, além de gerar detritos, doenças, e mortes, gera também energia para quem dele necessita para sobreviver, e garante sempre o aumento desta população não reconhecida, porque a ganância não deixa perceber. Por outras palavras, nós podemos defender, se ficarmos afastado das noções de cidades que conhecemos, de uma vez por todas.

Ilustração 34 – Mutations Lagos (Koolhaas et al., 2001)

A Nigéria é considerada o país com maior número de população. A demora em implementar alguma solução de infraestruturas, tornou Lagos um verdadeiro caos. A cidade possui mais de 30% do seu território coberto por água e atualmente, enfrenta grandes dificuldades em manter um fornecimento de energia estável.

Um grupo de investigadores responsáveis pela cidade procurou uma inovação nas frentes de energia, saneamento e transportes locais, com base em projetos como o da escola flutuante. Este grupo propôs a alteração da região que fica sobre a água, e criou um sistema consistente que utiliza a energia limpa. Para o transporte, propuseram a colocação de embarcações nos canais, como em Veneza e Amesterdão, possibilitando deste modo, um alívio no trânsito das ruas.

Com uma densidade populacional variando de 4000 a 20.000 (Pessoas por km2), Lagos é uma aglomeração urbana composta por fragmentos locais e desconectados, que não conseguem interagir de forma recíproca e dependem dos perfis eco-sociais de cada

área. A Densidade populacional mais alta é encontrada nas áreas de baixa (Isto é, Shomolu), e na ponta da Ilha de Lagos (Ikoyi).

A área metropolitana; a designada bolsa urbana dispersa acomoda as elites locais e as empresas multinacionais. A estrutura espacial de Lagos acolhe fenómenos que possuem um caráter dualista: por um lado, os emergentes e a crescente migração que geram novas misturas sócio espaciais e, por outro, a segregação económica.

A participação é limitada em níveis específicos e não constitui uma parte ativa para o desenvolvimento de uma estratégica urbana coesa. Além de que, o papel dos profissionais em Lagos continua a ser considerado marginal e as políticas urbanas focadas no melhoramento das práticas urbanas.

De salientar que no passado foi dada pouca atenção ao planeamento do uso de infraestruturas e outros serviços públicos necessários para acomodar o crescimento populacional da cidade. As manifestações mais visíveis nesta cidade foram sempre o congestionamento do tráfego, que conduziu à deslocalização do capital político da Nigéria de Lagos para Abuja em 1986.

Atualmente novos parques são apernas um sinal de que Lagos está no novo caminho de um desenvolvimento urbano sustentável. Com o desenvolvimento do setor privado em Lagos está a ser transformada numa cidade moderna que oferece um elevado nível de serviços prestados cada vez mais eficiente.

A governação apresentou poucos desafios complexos. Mas, o rápido aumento da urbanização mudou o enclave, principalmente, rural da cidade moderna, heterogênea e metropolitana, com uma densa rede rodoviária, um moderno sistema de transportes e arranha-céus. A infraestrutura existente tornou-se inadequada e deram origem a problemas de saneamento ambiental, desenvolvimento de favelas, e às violações das regulamentações urbanísticas, entre outros problemas.

Para abordar a questão do saneamento ambiental, seguiu-se uma série de reformas institucionais. A Câmara Municipal de Lagos, o Responsável pela administração da cidade, foi criada em 1917, e o Conselho Executivo de Desenvolvimento de Lagos estabelecido em 1923. O conselho administrativo foi responsável pela primeira limpeza de favelas em Lagos, o que levou à Surulere, uma área do governo local no continente.

Lagos tem sido historicamente desafiado pela rápida urbanização e crescimento populacional natural. Pela sua localização limitando a expansão, a disponibilidade de terras é uma questão importante. É imperativo gerir e utilizar os recursos da forma mais eficiente possível. Foram realizadas extensas obras de recuperação em diversas áreas, Victoria Island, Península de Lekki, Amuwo Odofin New Town e Festac. Os desenvolvedores privados invadiram algumas áreas para efetuar o Plano de Conservação no Plano Diretor de Lagos.

A socióloga indiana Dr. Surendra Munshi descreveu apropriadamente a boa governança como "uma forma participativa que funcione de forma responsável, e transparente, com base nos princípios de eficiência, legitimidade e consenso para promover os direitos dos cidadãos e o interesse público ". Esta descrição sublinha "o exercício da vontade política para assegurar o bem-estar material da sociedade e o desenvolvimento sustentável com justiça social "(Munshi 2004).

É essa boa governação que provocou a atual transformação de Lagos. Os catalisadores reais deste processo de reforma são os seguintes:

•. Consistente vontade política e liderança

• Visão estratégica do desenvolvimento

• Abordagem do planeamento baseada no conhecimento

• Reforma orçamentária e sua articulação com as atividades das instituições governamentais

• Reforma institucional para uma prestação eficiente de serviços

• Construção de parcerias com participação popular

• Reformas políticas, legislativas e institucionais

• Mobilização de recursos, transparência e responsabilização

• Aplicação de tecnologias de informação e comunicação e dados na governança

• Intervenções programáticas

• Planeamento urbano sustentável

O principal esforço político do Estado para combater os desafios da crescente urbanização dependia da redução da pobreza e do crescimento económico sustentável, objetivo que recebeu um impulso através do Programa de Desenvolvimento do Projeto de governança. Um produto do Ehingbeti 2002, este projeto abrangente e assistido pelo Banco Mundial teve como pretensão, expandir a infraestrutura principal da cidade, melhorar a prestação de serviços básicos para os pobres e desenvolver a capacidade do Estado e os governos locais lidarem com os desafios de crescimento futuro. A este respeito, os trabalhos preparatórios começaram através do planeamento. A implementação deste projeto em andamento tem beneficiado o desenvolvimento de infraestruturas, planeamento urbano e urbanização de favelas, regeneração urbana, gestão de lagoas, drenagem de canais, controlo de inundações, gestão de transportes e gestão de resíduos sólidos.

Assim, em termos de transportes, as respostas aos elevados desafios e ao desejo de reformular o setor dos transportes, o Estado de Lagos, o Governo em colaboração como Banco Mundial, implementou o projeto de transporte urbano de Lagos. Um projeto concebido para criar um sistema de transporte de massa eficiente, eficaz, integrado e intermodal, envolvendo o transporte ferroviário. A política do Governo Estadual, relativa ao desenvolvimento de transportes de Lagos tem-se centrado em:

• Fornecer um sistema integrado de transporte de massa seguro, eficiente e sustentável

• Melhoria da infraestrutura de transporte e do sistema de gestão do tráfego

• Introdução do transporte ferroviário rápido

Ilustração 35 - sistema de transportes em Lagos (Koolhaas, 2001)

Estão em curso planos para o estabelecimento de uma rede ferroviária urbana em Lagos, com sete linhas e com 264 quilômetros. Uma vez concluído, espera-se que a

rede facilite o congestionamento do tráfego e proporcione emprego, especialmente para os jovens. Duas linhas foram priorizadas: a linha azul 27-km, que funcionará de Okokomaiko, em Ojo para Lagos Ilha Oeste; E a Linha Vermelha de 24 km, que vai de Agbado em Lagos Norte até a Marina.

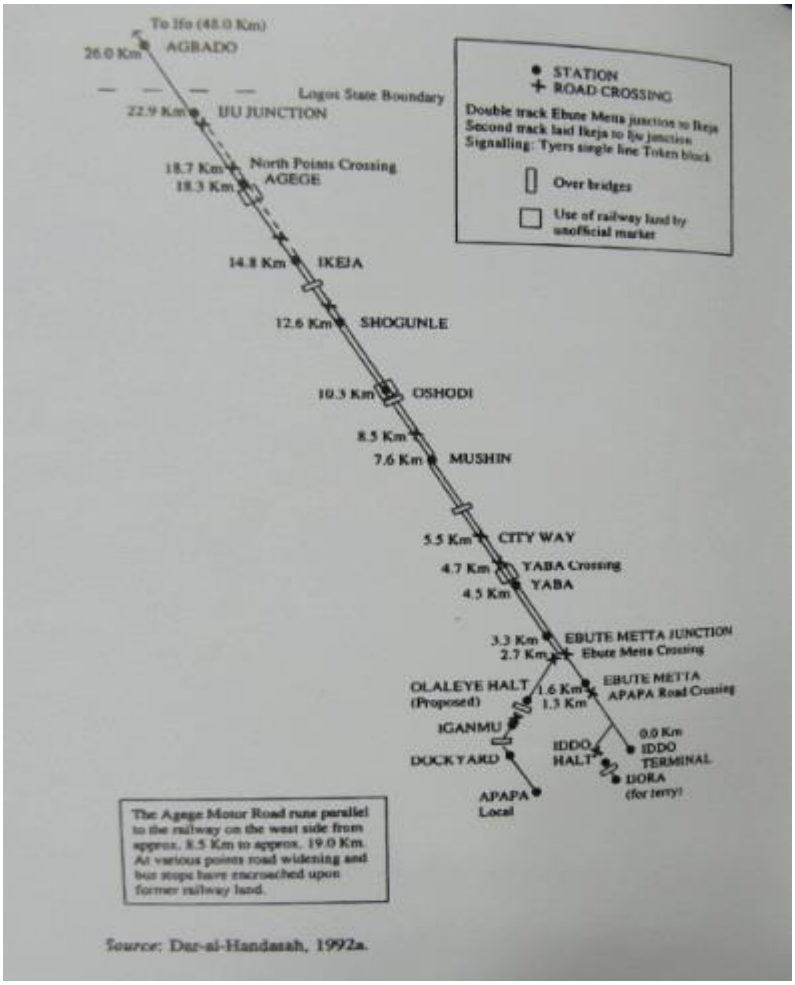

Ilustração 36 - linha ferroviária urbana em Lagos (Koolhaas, 2001)

Com uma conexão para o Aeroporto Internacional Murciala Mohammed Ikeja. Cada linha é projetada para transportar 200 Milhões de passageiros por ano. Os projetos foram concluídos e os contratos foram adjudicados para ambas as linhas. (Estado de Lagos Governo 2009)

Relativo ao planeamento urbano, a visão do Ministério do Planeamento Físico e do Desenvolvimento Urbano é fazer de Lagos um lugar onde as pessoas possam viver, trabalhar e recriar em um ambiente com infraestrutura e serviços de classe mundial com a melhoria da qualidade de vida e da diversidade cultural. A sua missão é planear e facilitar um ambiente organizado, seguro, verde, dinâmico, economicamente e

culturalmente vibrante, e cidade sustentável que suporta o uso de terra como recurso principal.

As seguintes iniciativas foram empreendidas num esforço para alcançar a visão e missão do Ministério:

• Elaboração dos planos distritais

• Projeto de planos e regulamentos municipais

• Elaboração de planos de disposição para aldeias

• Elaboração de planos regionais e estruturais intermédios

• Reassentamento de serrarias em Epe

• Preparação do Plano Mestre Metropolitano para Ikorodu

• Elaboração de planos modelo urbanísticos

• Criação de locais para concessionários de Mowo Badagry

• Determinação do alinhamento para as principais estradas estatais propostas

• Criação do Plano Central de Reurbanização de Lagos

• Renovação de áreas urbanas

• Desenvolvimento de mercados

• Criação de uma nova autoridade de controlo de edifícios, garantindo a construção de edifícios seguros e de alta qualidade

• Estabelecimento da Zona Franca de Lekki, uma PPP internacional entre um governo chinês patrocinado e o governo do estado de Lagos

Desde 1999, o governo do estado de Lagos reformou as atividades de planeamento, culminando na revisão da Lei de Planeamento Regional do Estado em 2005. As comissões foram encarregadas de preparar planos de uso da terra para alguns distritos e governos locais do Estado.

Estes planos e intervenções basearam-se na consulta ativa e ajuste de todas as partes interessadas. Desde o estágio de colheita de dados até o plano final, as comunidades beneficiárias, indivíduos, comunidade, associações de desenvolvimento, governantes tradicionais e outros grupos de interesse foram convidados para reuniões. As contribuições de tais reuniões foram fundamentais no processo de tomada de decisão.

Assim, em termos de aspetos ambientais propôs-se:

O governo do estado de Lagos visa criar um ambiente seguro, amigável e sustentável propício para residir, negócios e fins recreativos. Ele faz isso através de:

• Gestão eficiente de resíduos baseados na comunidade

• "Greening" agressivo e embelezamento de espaços abertos,

• Reabilitação social e capacitação económica dos chamados rapazes de área15, envolvendo-os em projetos de embelezamento ambiental e paisagismo

• Melhoramento do aterro de Olusosun (Ikeja), construindo três estradas de acesso para enfrentar o tráfego de perene Oregun, bem como a instalação de purificantes para eliminar a poluição e melhorar a qualidade do ar e saúde pública

• Construção e equipamento de oito estações de transferência de resíduos em Yaba, Ogombo, Ebute-Elefun (Simpson), Oshodi, Ishasi, Ajegunle, Abule-Egba e Oba Ogunji Street (Agege)

• Fornecimento de 240 camiões de colheita de lixo e 3 compactadores gigantes Tana para Gestão dos aterros sanitários

• Introdução de caixas Dino em mais de 2.000 locais em todo o estado e evacuação de lixos ilegais em 10 Locais como Obele Oniwala (Surulere), Oba Ogunji Street (Agege), Opebi (Ikeja), Ajah (Eti-Osa) e Festac Gates (Amuwo), como parte de um novo projeto ambiental e de disposição de lixo

• Criação da Agência de Gestão de Emergência do Estado de Lagos (LASEMA)

• Construção de sete mini postos de bombeiros situados no Palm Shopping Mall, Lekki; Rua Simpson, Lagos; OjoAlaba

Mercado, Ojo; Oriade; Ikotun; E o Apka Dockyard para complementar os existentes.

Como se poderá identificar, a ilha de Lagos é a única área na cidade que manteve um contorno fixo entre 1911 e 1962, de 400 quilômetros quadrados (enquanto a população, de acordo com as fontes escritas de pesquisa, multiplicou por três).

Foram desenvolvidas diversas abordagens por economistas, no sentido de descrever as transições sofridas pelas cidades. De acordo com Lomborg (2010) os problemas ambientais começaram a piorar desde alguns anos atrás, essencialmente, após a maior industrialização e crescimento económico.

Rem Koolhaas, refere-se a Lagos como um “ícone da urbanidade de África Ocidental”, ou seja, representa um paradigma e a forma extrema do Ocidente. Apesar da falta de comodidades básicas, esta cidade funciona com uma série de sistemas que a libertam do constrangimento da colonização e independência do urbanismo.

O autor baseou-se na suposição de que as cidades não alcançaram as características essenciais urbanas do Ocidente. A geopolítica da instabilidade económica, deve-se ao desenvolvimento capitalista e aos conflitos internos. E, interpreta a cidade de Lagos como uma cidade moderna e globalizada, uma “megacidade” que funciona com poucas infraestruturas.

Lagos é considerada a cidade mais cosmopolita da Nigéria, e também a mais povoada. No primeiro censo de 1871, a cidade foi lar de mais de 28.000 habitantes, em 1952, a população era mais de 252.000. posteriormente, na década de 70, as estimativas variaram muito perto dos 600.000 para os 1.500.000.

Desde os primeiros colonizadores, a cidade tinha sido sempre um lugar para quem procura melhores oportunidades de vida, o poder político, melhores padrões de vida e exposição às oportunidades económicas oferecidas. Um dos apelidos da cidade, " È k ó il E ogb ó n," reflete estes temas. Ele traduz literalmente " E k ó fonte do senso comum.

Lagos é uma cidade com uma mistura pitoresca do moderno e o tradicional, com arranha-céus e casas de vidro que estão integrados ao lado de antigos edifícios residenciais. A atividade da construção faz com que partes da cidade pareça um pouco mal planeada fisicamente.

A ilha de Lagos é a única área na cidade que manteve um contorno fixo entre 1911 e 1962, de 400 quilómetros quadrados (enquanto a população, de acordo com as fontes escritas de pesquisa, multiplicou por três). Pelos censos de tomados entre 1901 e 1962,

a área nacional coberta aumentou de 47 quilómetros quadrados para 70 quilómetros quadrados.

Aglomeração:

A explosão urbana das últimas décadas, nos países em desenvolvimento e especificamente em África, é devida ao facto do persistente e elevado crescimento natural – resultante da diminuição da taxa de mortalidade e da permanência de altas taxas de fecundidade e natalidade, típica de países em desenvolvimento e de contextos de pobreza, o qual se associa à forte migração para as cidades. Têm sido sublinhadas as motivações económicas e socioculturais dos migrantes, as forças de atracão e sedução do mundo urbano (oportunidades de acesso a novos bens de consumo e de produção e a novas relações sociais) e os fatores de repulsão do mundo rural (crise agrícola, baixos rendimentos e salários, desemprego, insuficiência de serviços, pobreza, rigidez e hierarquia social) que se articulam com políticas de desenvolvimento rural contraproducentes, com guerras e catástrofes naturais.

Assim, num cenário de crise, a explosão urbana constitui um aspeto de desestabilização pela sobrecarga e degradação de infraestruturas urbanas e serviços sociais. A estas conjunturas desfavoráveis e políticas de ajustamento estrutural associa-se a segregação socio-espacial e o dualismo cada vez maior entre as áreas requalificadas e as periferias insuficientes e deficientes em infraestruturas, transportes e habitações precárias, como é o caso de Lagos (Costa e Rodrigues 2007).

Em Lagos, esta situação agrava-se, principalmente nas últimas três décadas com afirmação de globalização económica neoliberal, acentua-se a complexidade e a precaridade do fenómeno urbano e a incapacidade de lhe fazer face (Janus, 2010).

Ilustração 37 - Mutations (Koolhaas et al., 2001)

Como se pode observar, o cenário assemelha-se às características do século XIX, quando a expansão das cidades vai invadindo e começam a existir as divisões e a obedecer a certas regras de uma hierarquia urbana. E a criação de muros e barreiras para demarcar territórios. Assim, quando a situação financeira e o trabalho permitem, a aglomeração desenvolve-se de várias maneiras.

O caso de Lagos evidencia uma cidade colonial pouco definida, costeira. O recente crescimento desta cidade africana é muito mais rápido que o vivido nos países ocidentais nas primeiras décadas da Revolução Industrial. Como exemplo, Londres septuplicou a sua população, no século XIX, entre 1800 e 1910, enquanto a população de Kinshasa ou a de Lagos (Nigéria), em metade do tempo (entre 1950 e 2009) aumenta cerca de quarenta vezes, passando respetivamente de 200.000 e 300.000 habitantes para 8,6 e 11,4 milhões de habitantes.

Lagos é, assim, a única cidade africana dos países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano que pertence ao grupo das 25 maiores cidades com mais de 11 milhões de habitantes, ocupando o 24.º lugar. Segundo projeções do seu crescimento, Lagos passará para o 7.º lugar desse ranking, a uma taxa de crescimento anual de 4,44%, passando a abrigar 21,5 milhões de pessoas em 2020.

O explosivo crescimento que Lagos tem assistido nas duas últimas décadas, com um crescimento da população aproximadamente 1000/dia – tem atribuído às paredes novos desafios.

Embora a cidade tenha vastas reservas de petróleo, a sua infraestrutura é terrível. Três quartos dos residentes de Lagos vive em favelas. Apesar de ser o sexto maior produtor de petróleo do mundo, os cortes de energia são uma ocorrência diária.

Ilustração 38 - Mutations. (Koolhaas, 2001).

Atualmente, Oshodi é o mais movimentado mercado de Lagos, e talvez de toda Nigéria. Para além dos limites municipais da Colónia de Lagos teve no início da década de 1970 um dos centros de distribuição de alimentos para a sobrevivência da metrópole de Laggos. Como a maioria dos lugares da metrópole, Oshodi é o espaço público da cidade localizada na interseção do anel da rodovia Apapa Oworonsoki e da coluna norte-sul da cidade, a rodovia Agege, foi transformada para a infraestrutura da cidade – uma incompleta rampa de acesso a uma ferrovia extinta.

6. CONCLUSÃO

Procurou-se conhecer as diversas teorias e conceitos dos mais variados investigadores na área da Arquitetura, sendo que para tal efetuamos uma profunda e meticulosa pesquisa bibliográfica, assente em artigos, livros e documentos com grande base científica nacional e internacional, para de certa forma, podermos dar uma base esclarecedora e profunda da nossa visão do fenómeno.

Colocou-se como objetivos específicos: determinar os novos paradigmas da prática arquitetónica do século XXI; identificar os pressupostos de uma cidade do século XXI; determinar como se (re) cria uma cidade do século XXI; identificar o papel da sustentabilidade como fator principal da construção de cidades do século XXI.

Neste momento o ser humano tem à sua disponibilidade tecnologia que permite aceder a toda a informação e conhecimento que a humanidade adquiriu ao longo dos séculos. Alguns destes aparelhos cabem na palma da mão e são uma fonte de saber com poucas limitações, um dispositivo que certamente faria os nossos antepassados ter orgulho na capacidade da sua espécie e assumir que se tornariam numa espécie com uma completa compreensão da sua envolvente, dos seus recursos e da sua organização social e política, à qual se somariam um acrescido sentido de globalidade e um intelecto nunca antes visto.

As «áreas-residência» da cidade expandida constituem uma pedra de toque da cultura urbana para lá de serem um sinal significativo dos critérios de prioridade de uma sociedade num dado estádio de desenvolvimento.

A verdade é que a curta história de meio - século das politicas da habitação nos ensina que a tentativa, puramente produtivista, de «ir dando solução ao problema» (identificado este apenas com a necessidade de casas baratas) pode não corresponder a uma racionalidade global, nomeadamente se esses pesados investimentos imobiliários constituírem um desvio da melhoria dos serviços urbanos para o maior número de (escolas, transportes, tempos livres), ou ainda se pela localização de bairros ao acaso dos terrenos, vier a implicar posteriores agravamentos de custo para assegurar a integração urbana das populações alojadas.

A escolha dos dois estudos de caso deveu-se ao facto de serem considerados projetos sustentáveis e com grande potencial de utilização de recursos locais. Ora, no que toca

ao caso do Plano de Cerdá em Barcelona, conseguiu-se apurar que se trata de um projeto sustentável, criando uma cidade do século XXI, uma cidade criativa e, que ao mesmo tempo possa através dos seus recursos, modernizar a cidade e recorrer a sistemas de infraestruturas e redes de serviços que proporcionam o bem-estar comum apoiada de espaços públicos de alta qualidade.

No que se relaciona com o Projeto do Lagos, poder-se-á referir que este local representa um caso de estudo de um modelo extremo de desenvolvimento, de uma cidade que enfrenta a moderna globalização. E, que ao mesmo tempo, se mantém como base de uma cidade criativa e sustentável.

Seria interessante no futuro desenvolver o mesmo estudo descritivo, com países distintos e analisar eventuais mudanças citando, por exemplo, a atividade, o que foi alterado em termos de infraestruturas e as experiências adotadas. Para isso e dado ser necessário algum horizonte temporal, sugere-se que tal estudo descritivo comparativo fosse desenvolvido dentro de pelo menos, quatro anos. Assim, seria possível estabelecer uma eventual analogia entre os fatores que integraram o estudo atual e os fatores que contextualizam o estudo posterior

Considero importante o aprofundamento do estudo desta temática visando contribuir para uma melhor formação nos principais atores na área, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e uma intervenção mais adequada através do desenvolvimento de aprendizagens significativas, da valorização das experiências de cada indivíduo e criação de situações inclusivas na comunidade, onde seja dada oportunidade da pessoa, interagir com os outros.

Espero convictamente que este estudo possa contribuir, em maior ou menor grau, para o enriquecimento da minha experiencia pessoal e profissional, que seja um estímulo/motivação para continuar a debruçar-me sobre este género de problemática. Pretendo aprofundar a cada dia que passa os meus conhecimentos de forma a poder aplicá-los na prática visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento espacial, habitacional e social.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, J. (2005) - Understanding and Managing the Unknown – The nature of uncertainty in Planning. Journal of Planning Education and Research, 24, 237-251.

ABHAY P. (2013) - Metropolitan Public Finances: The Case of Mumbai. In Metropolitan Government Finance, edited by Roy Bahl, Johannes Linn, and Deborah Wetzel, Lincoln Institute of Land Policy.

ABU DHABI. Government (2009) - Abu Dhabi Economic Vision 2030 [Em linha]. Abu Dhabi. [Consult. 27 Feb. 2011]. Disponível WWW:<URL: https://www.ecouncil.ae/PublicationsEn/economic-vision-2030-full-versionEn.pdf>.

AMIN, A. e ROBERTS, J. (eds.) (2008) - Community, Economic Creativity and Organisation, Nova Iorque, Oxford University Press.

ÁNGEL M., M. (2008). La irresistible ascensión del CRAI en universidad. Ponto de acesso : revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. ISSN 1981-6766. 2:1 (Jun. - Jul. 2008) 72-97.

APPOLINÁRIO, F. (2006) – Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo : Pioneira Thomson Learning.

ASCHER, F. (2001) - Tradução do IV capítulo do livro de François Ascher, Les nouveaux príncipes de l'urbanisme, Éditions de l'Aube, 2001

ASCHER, F. (2010) - Novos princípios do urbanismo; seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico. P. 62. Ou, ver: UMA QUESTÃO PARA O ENTENDIMENTO. P. 33.

BAUMAN, Z. – Modernidade Líquida. P. 9.

BEHLING, H. (2002) - South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis Palaeogeogr. Palaeoclimatol. Palaeoecol., 177 (2002), pp. 19–27

BENEVOLO, L. (1967) - The origins of modern town planning. Cambridge (MA): MIT Press.

BORJA, J. e CASTELLS, M. (1997) - Local and Global — Management of Cities in the Information Age, Londres, Earthscan Publications.

CARMONA M, Heath T, Oc T, Tiesdell S. (2003) - Public Places, Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design. Architectural Press, London

CARNEIRO, Í., B. (2007) - Os objetivos do Plano de Extensão de Barcelona [Em linha]. Vitória: Ígor Braga Carneiro. [Consult. 15 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: http://planocerda.blogspot.pt/2007/05/os-objetivos-do-plano-de-extenso-de.html>.

CHASZAR, A, KIENZL, N AND STOLLER, P (2006) - Environmental engineering: integrating computer simulation into the design process in A Chaszar (ed) Bluring the lines John Wiley & Sons Ltd

CLARK, T. J. (2004) - A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores. São Paulo, Companhia das Letras.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS (1972) - Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano [Em linha]. Amadora: APA. [Consult. 15 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: https://www.apambiente.pt/_zdata/Politicas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf>.

COSTA, A. B; RODRIGUES C. U. (2007) - Famílias e estratégias de sobrevivência e reprodução social em Luanda e Maputo. In J. Oppenheimer e I. Raposo (org.s), Subúrbios de Luanda e Maputo. Lisboa: Colibri

COSTA, P. (2008) - Creative Milieus, Gatekeepers and Cultural Production: Evidence from a Survey to Portuguese Artists, Review of Cultural Economics, vol. 11, n.º 1, p. 3-31.

COSTA, P., MAGALHÃES, M., VASCONCELOS, B. and SUGAHARA, G. (2008) - On 'creative cities' governance models: a comparative approach, The Service Industries Journal, vol. 28, n.º 3, p. 393-41

COSTA, P., VASCONCELOS, B. e SUGAHARA, G. (2007) - O meio urbano e a génese da criatividade nas actividades culturais, in Actas do 13º congresso da APDR «Recriar e valorizar o território», Açores, 5-7 Julho 2007, Coimbra, APDR.

DEMATTEIS, G. (1998) - Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In Monclús, Francisco Javier (ed.). La ciudad dispersa: Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: CCCB, pp.17-33.

FERNAND BRAUDEL, Civilization and Capitalism, 15th-18th Century, in 3 volumes, New York: Harper and Row, 1981-84,

FLORIDA, R. (2003) - The Rise of the Creative Class. London, Routledge.

FLORIDA, R. (2005) - Cities and the Creative Class, New York, Routledge.

FLORIDA, R. (2002) - The Economic Geography of Talent. [S.l.] : Annals Assoc Amer Geog.

FREIXO, M., J. Vaz (2009) – Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Lisboa: Instituto Piaget

GAUTHIEZ, B. (2003) - Espace urbain – vocabulaire et morphologie. Paris: Monum, Éditions du patrimoine, pág. 110

GUERRA, I., MOURA, D., SEIXAS, J. e FREITAS, M. J. (2006) - A Revitalização Urbana – Contributos para a definição de um conceito operativo in Cidades, Comunidades e Territórios, Nº12-13, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE

HALL, P. (2000) - Creative Cities and Economic Development. Urban Studies, vol. 37, n.º 4, p. 639-49

HEALEY, P. (2004) - Creativity and Urban Governance. DISP, n.º 158, p. 11-20.

HEBEL, DER HAUSFREUND (1957) - Online version: Heidegger, Martin, 1889-1976. Hebel, der Hausfreund.

HESMONDHALGH, D. and A.C. Pratt (2005) - 'Cultural Industries and Cultural Policy', International Journal of Cutural Policy 11(1): 1–14.

HEYNEN, H.; LOECKX, A.; SMETS, M. (1989) - La périphérie: Reconnaissance d'une problématique. In Síntese do colóquio de Louvain de 26 a 28 Outubro.

HOYMAN, M. e FARICY, C. (2009) - It Takes a Village: A Test of the Creative Class, Social Capital and Human Capital Theories. Urban Affairs Review, vol. 44, n.º 3, p. 311-33.

JESSOP, B. (2002) - Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance, in Neil Brenner e Nik Theodore (ed.), Spaces of Neoliberalism. Urban Restructuring in North America and Western Europe, Oxford, Blackwell Publishers

KAREN ARMSTRONG (2006) - Muhammad: A Prophet for Our Time Paperback – August 28

KEKOVIĆ A.(2009) - Stambena arhitektura Moderne Niša između dva svetska rata, Zadužbina Andrejević, Beograd,

KIERAN, S. AND TIMBERLAKE, J. (2004) - Refabricating Architecture: How Manufacturing Methodologies are Poised to Transform Building Construction, McGraw-Hill, New York.

KIRCHBERG, G. (2006) - Changes in Youth: No Changes in Teaching Geography? Aspects of Neglected Problem in the Didatics of Geographical and Environmental Education, 9 (1), 5-200

KWINTER, S, WIGLEY, M, MERTINS, D AND KIPNIS, J (2004) - Phylogenesis FOA's ark: foreign office architecture Actar, Barcelona

LAMAS, J. M. R. G. (2004) - Morfologia urbana e desenho da cidade. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pág. 31

LANDRY, C. (2008) - The creative city. A toolkit for urban innovators, Earthscan, Londres

LANGDON, David (2014) - AD Classics : Yokohama International Passenger Terminal - Foreign Office Architects (FOA). Archdaily [Em linha]. (7 Oct. 2014). [Consult. 16 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL: http://www.archdaily.com/554132/ad-classics-yokohama-international-passenger-terminal-foreign-office-architects-foa>.

LIPOVETSKY, GILLES E SERROY, JEAN (2014) - O capitalismo estético na era da globalização, Lisboa: Edições 7

MITTWOCH (2014). Cidades Criativas [Documento icónico]. Focus online [Em linha]. (20 Aug. 2014) - [Consult. 16 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL: http://www.focus.de/incoming/_id_4074346.html>.

MOSHA L. (2012). Housing and Land Challenges in Tanzania. Prime J Soc Sci, 1(6): 113–120.

MICHAEL F., MARIAN M., LAWRENCE, W. (2008) - A World History of Architecture, Second Edition, London, Laurence King Publishing 2008, page.53

MOSHI E. (2009) - Urban transformation: Changing building types. Dar es Salaam, Tanzania. Kariakoo, PhD thesis 39, Oslo School of Architecture and Design, Norway

NIRMALA RAO (2015) - 'Reshaping City Governance.' London: Routledge. In Press.

NOORMOHAMMADI, S. (2012) - 'Essential Human Qualities in Strengthening Place Identity as Expressed in Louis Kahn's Architectural Theory'. In The Role of Place Identity in the Perception, Understanding, and Design of Built Environments. Edited by H. Casakin and F. Bernardo. Bentam e-Books, 2012. PDF edition.

OVERMAN, Henry G.; VENABLES, Anthony J. (2005) - Cities in the developing world. London School of Economics. (LSE Research Online Documents on Economics; 19887)

PECK, J. (2005) - 'Struggling with the Creative Class', International Journal of Urban and Regional Research 29(4): 740–70.

PEEMANS, JEAN-PHILIPPE (dir.), 2008, Territoires, mondialisation et développement, Paris/Louvain-la-Neuve, Alternatives Sud, 15-1, Editions Syllepse/Centre Tricontinental, 199 p.

PORTAS, N. (2007) - A Cidade Como Arquitectura (2ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

PORTER, L., SHAW, K. (2009) - Whose urban renaissance? : an international comparison of urban regeneration strategies. London: Routledge.

PRATT, A.C. (2008) - Creative Cities: The Cultural Industries and the Creative Class. Geografiska Annaler: Series B, Human Geography. 90:2 (2008) 107–17.

RAHIMI, E., (2010) - Concept in the design process. Bani Masood, A., 2011. Iranian Contemporary Architecture and design process regional conference, Architecture. The Century Architecture Art Islamic Azad University, Zanjan Branch.

RECKWITZ, A. (2009) - Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. European Journal of Social Theory. 5 (2009) 243–63.

REICHERTZ, Jo (2009) – Abduction: The Logic of Discovery of Grounded Theory. Forum Qualitative Sozial forschung = Forum: Qualitative Social Research [Em linha]. 11:1

(January 2010) - [Consult. 27 Feb. 2011]. Disponível WWW:<URL: http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1412/2902>.

RIBEIRO, F. (2008) - Economia e Planeamento na Construção, Gestão de Projectos. Lisboa : Instituto Superior Técnico.

ROMERO, M. (1999) - Viabilidade ambiental da urbanização do distrito federal: análise das constantes morfológicas. Brasília: Universidade de Brasília. Projeto de Pesquisa CNPq – Relatório Final, Departamento de Tecnologia – FAU

SALGADO, M. (Outubro de 2004) - Projectos Urbanos. Arquitectura e Vida, pp. 54-61.

SASS, L.; OXMAN, R. (2006) - Materializing Design: The Implications of Rapid Prototyping in Digital Design. Design Studies. 27:3 (2006) 325–355.

SAUSER, B.; REILLY, R.; SHENHAR, A. (2009) - Why projects fail? How contingency theory can provide new insights – A comparative analysis of NASA's Mars Climate Orbiter loss. International Journal of Project Management. 27 (2009) 665-679.

SCHLEE, M. B. [et al.] (2009) - Sistema de espaços livres– um debate conceitual. Revista Paisagem e Ambiente. 26 (2009) 225-247.

SCHODEK, D (2000) - Closing comments. In BECHTHOLD, M., ed. [et al.] - New technologies in architecture, digital design and manufacturing techniques. Cambridge: Harvard University Press. p 74-75.

SCHODEK, D.L. [et al.] (2005) - Digital design and manufacturing: CAD/CAM applications in architecture and design. NJ: John Wiley & Sons.

SCHOLTE, J.A. Globalisation (2005) - A Critical Introduction. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

SCOTT VAN VOORHIS (2009) - Desenho Blanks: Arquitetos Hit Hub Para construir Convenção Boston. Banker e Tradesma. (9 novembro 2009).

SCOTT, A.J. (2006) - Creative cities – Conceptual issues and policy questions. Journal of Urban Affairs. 28:1 (2006) 1-17.

SEAMON, D. (2012) - Place, Place Identity, and Phenomenology: A Triadic Interpretation Based on J.G. Bennett's Systematics. In CASAKIN, H., ed.; BERNARDO, F., ed. - The

Role of Place Identity in the Perception, Understanding, and Design of Built Environments. [S.l.] : Bentam e-Books. PDF edition

SEAMON, D.; SOWERS, J. (2009) - Existential Geography. In KITCHIN, R., ed; THRIFT, N., ed. - International Encyclopedia of Human Geography. Oxford: Elsevier. vol. 3. p. 666–671.

SMITH, Alejandra Rangel (2013) - Crónica de un viaje al Medio Oriente: arquitectura opulente [Em linha]. [S.l.] : Alejandra Rangel Smith. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://laciudadcreativa.wordpress.com/author/alejandrarangelsmith/>.

STANDAGE, M., & Vallerand, R.J. (2008) - Self-determined motivation in sport and exercise groups. In BEAUCHAMP, M.R, ed. ; EYS, M.A., ed. - Group dynamics advances in sport and exercise psychology: Contemporary themes. New York : Routledge. p. 179–199.

TRAVEL MAGMA (2010) – Travel Magma [Em linha]. [S.l.] : Travel Magma. [Consult. 16 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL: http://www.travelmagma.com/>.

TRIP ADVISOR (2010) – Dubai : Pictures [Em linha]. [S.l.] : Trip Advisor. [Consult. 16 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.tripadvisor.co.uk/LocationPhotos-g295424-w5-Dubai_Emirate_of_Dubai.html#129868169 This photo of Dubai is courtesy of TripAdvisor>.

VK PHATAK (2014) - Planning the City. In HARRIS, Nigel, ed.; FABRICIUS, Ida, ed. - Cities And Structural Adjustment London: Routledge. p 81-83

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, J., Mateus, R., Bragança, L., (2012) - PRINCÍPIOS DE

SUSTENTABILIDADE NA ARQUITECTURA VERNACULAR EM PORTUGAL, Coimbra, 1º congresso nacional construção. [Consult. 15 de Junho de 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22290/1/CC2012_Fernandes_Mateus_Braganca.pdfa>.

Flores-Colen, I., Ferreira, V., Gaspar, F., Santos, S., Oliveira, S.A., Cravinho, A.,

GERVÁSIO, H., (2015) - Contributos da arquitetura vernácula portuguesa para a sustentabilidade do ambiente construído, Porto, Seminário ReVer, Cortesia Iniciativa rever por Jorge Fernandes

GOMES, J., Serrado, D., Cabaça, S., Lourenço, P., Paredes. Instituto Superior Técnico. [Consult. 10 de Março de 2016]. Disponível em WWW:<URL: www.civil.ist.utl.pt/~joaof/tc-cor/17%20Paredes%20-%20COR.pdf>.

LANHAM, A., Gama, P., Braz, R., (2004) - Arquitectura Bioclimática Perspectivas

de inovação e futuro. [Consult. 15 de Fevereiro de 2016]. Disponível em WWW:<URL: www.gsd.inesc-id.pt/~pgama/ab/Relatorio_Arq_Bioclimatica>.

LEITE, C. (2012) - Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento

sustentável num planeta urbano, Porto Alegre, Bookman.

MASDAR., (2015) - Masdar A MUBADALA COMPANY. [Consult. 10 de Fevereiro de 2016]. Disponível em WWW:<URL: http://www.masdar.ae>.

METELLO, F.C., (2011) - A casa de alguém é o seu castelo. Arquitectura & construção, 65, 10-11.

MIGUEL, J.M.C., (2002) - Casa e lar: a essência da arquitetura. [Consult. 27 de Março de 2016]. Disponível em WWW:<URL:< http//:www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/>.

MOORE, S.A., 2005 - Sustainable Architectures, UK, Simultaneously published.

MOREIRA, I.L., (2011) - Energias alternativas. Arquitectura & construção, 89,101

SILVA, M.F., (2011) - Edifício eficiente. Arquitectura & construção, 65, 24.

ZABALBEASCOA, A., (2009) - Siete arquitectos que cuidan el planeta. Arquitectura y diseño, 106, 194-201

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972

APÊNDICE A

Avaliação comparativa de materiais

Declaração da Conferência das Nações Unidas

sobre o Meio Ambiente Humano – 1972

Documento também conhecido como Declaração de Estocolmo. Tradução não oficial, original em inglês abaixo da versão em português.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano,

Proclama que:

1. O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma.

2. A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.

3. O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha.

4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas.

Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico.

5. O crescimento natural da população coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas. De todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa. Eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano. Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa.

6. Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem. As perspectivas de elevar a qualidade do meio ambiente e de criar uma vida satisfatória são grandes. É preciso entusiasmo, mas, por outro lado, serenidade de ânimo, trabalho duro e sistemático. Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e, em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas.

7. Para se chegar a esta meta será necessário que cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos, aceitem as responsabilidades que possuem e que todos eles participem equitativamente, nesse esforço comum. Homens de toda condição e organizações de diferentes tipos plasmarão o meio ambiente do futuro, integrando seus próprios valores e a soma de suas atividades. As administrações locais e nacionais, e suas respectivas jurisdições são as responsáveis pela maior parte do estabelecimento de normas e aplicações de medidas em grande escala sobre o meio ambiente.

Também se requer a cooperação internacional com o fim de conseguir recursos que ajudem aos países em desenvolvimento a cumprir sua parte nesta esfera. Há um número cada vez maior de problemas relativos ao meio ambiente que, por ser de alcance regional ou mundial ou por repercutir no âmbito internacional comum, exigem uma ampla colaboração entre as nações e a adoção de medidas para as organizações internacionais, no interesse de todos. A Conferência encarece aos governos e aos povos que unam esforços para preservar e melhorar o meio ambiente humano em benefício do homem e de sua posteridade.

PRINCÍPIOS

Expressa a convicção comum de que:

Princípio 1

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

Princípio 2

Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservadas em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Princípio 3

Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

Princípios 4

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Consequentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.

Princípio 5

Os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização.

Princípio 6

Deve-se por fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

Princípio 7

Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para impedir a poluição dos mares por substâncias que possam por em perigo a saúde do homem, os recursos vivos e a vida marinha, menosprezar as possibilidades de derramamento ou impedir outras utilizações legítimas do mar.

Princípio 8

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

Princípio 9

As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.

Princípio 10

Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se Ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos.

Princípio 11

As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as consequências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.

Princípio 12

Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de oferecer-lhes, quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com este fim.

Princípio 13

Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planeamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.

Princípio 14

O planeamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar às diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger y melhorar o meio ambiente.

Princípio 15

Deve-se aplicar o planeamento aos assentamentos humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista.

Princípio 16

Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam se aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.

Princípio 17

Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.

Princípio 18

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

Princípio 19

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

Princípio 20

Devem-se fomentar em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. Neste caso, o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países.

Princípio 21

Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.

Princípio 22

Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem a zonas fora de sua jurisdição.

Princípio 23

Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalecentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.

Princípio 24

Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam Ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.

Princípio 25

Os Estados devem assegurar-se de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e no melhoramento do meio ambiente.

Princípio 26

É’ preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa. Os Estados devem-se esforçar para chegar logo a um acordo – nos órgãos internacionais pertinentes - sobre a eliminação e a destruição completa de tais armas.

21ª reunião plenária

16 de junho de 1972

Capítulo 11